



RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

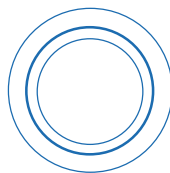
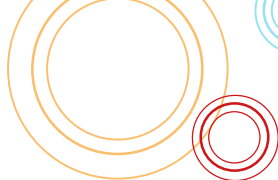
Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

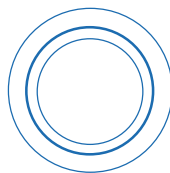
Senhores acionistas e debenturistas,

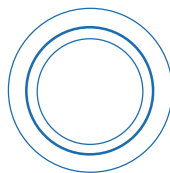
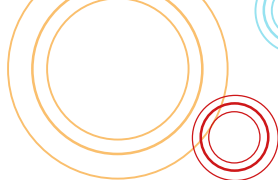
A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15/87 e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As Demonstrações Contábeis foram submetidas à verificação independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Instrução CVM nº 381/03. Também em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis, assim como pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa. O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.

Relatório da auditoria

[[previsto 4 páginas. O Sumário, na sequência, pode ser atualizado automaticamente com um clique (atualizar os números de página) caso o relatório ocupe mais ou menos espaço]]







Sumário

Relatório de Administração	8
Mensagem da Administração	8
Perfil da Companhia	10
Governança corporativa	13
Gestão de riscos e controles corporativos	14
Inovação	15
Contexto regulatório	17
Conjuntura econômica e setorial	18
Desempenho operacional	20
Desempenho econômico-financeiro	23
Mercado de capitais	29
Sustentabilidade	30
Prêmios e reconhecimentos	36
Auditores independentes	36
Demonstrações financeiras	37
Balanços patrimoniais	37
Demonstrações do resultado	39
Demonstrações do resultado abrangente	40
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	40
Demonstrações dos fluxos de caixa	41
Demonstrações do valor adicionado	42
Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019	43
1. Informações gerais	43
2. Apresentação das demonstrações financeiras	47
3. Principais práticas contábeis	49
4. Gestão de riscos do negócio	50
5. Caixa e equivalentes de caixa	54
6. Clientes	55
7. Tributos a recuperar/recolher e diferido	57
8. Depósitos judiciais	58
9. Ativo financeiro vinculado a concessão	59
10. Imobilizado	60
11. Intangível	61
12. Fornecedores	63
13. Encargos setoriais	64
14. Empréstimos	65
15. Debêntures	66
16. Provisões para riscos	68
17. Dividendos a pagar	71
18. Juros sobre capital próprio a pagar	71
19. Provisão para grandes reparos	71
20. Partes relacionadas	73
21. Patrimônio líquido	74
22. Receita operacional líquida	76
23. Energia elétrica comprada e encargos de uso da rede	78
24. Resultado financeiro	79
25. Apuração do imposto de renda e contribuição social	80
26. Lucro por ação	80
27. Instrumentos financeiros	81
28. Seguros	83
29. Compromissos	83
30. Eventos subsequentes	83
Membros da Administração	84

Mensagem da Administração

A pandemia de Covid-19 trouxe desafios inéditos à nossa sociedade e evidenciou como a energia é indispensável para garantirmos a o bem-estar da população, especialmente o atendimento em hospitais e o dia a dia das pessoas em suas casas. Na Rio Paraná, mantivemos firme o nosso compromisso em fornecer energia renovável com confiabilidade, exercitando diariamente o nosso Propósito e norteando a tomada de decisão pelos nossos Valores, ambos lançados corporativamente em 2019.

Rapidamente tomamos as medidas necessárias para garantir a segurança de nossos profissionais, sem prejudicar a continuidade das operações. Os times administrativos e parte das equipes operacionais foram direcionados para o trabalho remoto. As pessoas – do quadro próprio e contratadas – que precisaram permanecer fisicamente nas usinas para as atividades de operação, manutenção, saúde, segurança e administração receberam todas as condições para fazer isso de forma segura. Cuidados especiais para o distanciamento social adequado, higienização do ambiente de trabalho e apoio emocional e psicológico foram implantados.

Reafirmando nosso compromisso com o País, seguimos o processo de modernização das nossas usinas. Um sofisticado protocolo foi adotado para garantir a continuidade das atividades, sem colocar em risco a nossa operação. Com cerca de 500 técnicos adicionais, mesmo com todos os desafios, concluímos os trabalhos da quinta unidade geradora, no qual aplicamos o aprendizado desses três primeiros anos de atividades na revisão do planejamento para as próximas fases. Trata-se do maior projeto desse tipo no país, envolvendo as 34 unidades geradoras das UHE Ilha Solteira e Jupiá, com investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões até 2038.

Buscamos com afincado a meta de zero acidente nas nossas instalações e vínhamos obtendo bons resultados no Índice de Segurança Preventiva. No entanto, em novembro, registramos uma ocorrência fatal na UHE Jupiá com um trabalhador de uma empresa contratada, algo que não podemos deixar que aconteça novamente. Por isso, iniciamos um amplo processo de investigação e revisão de nossas práticas, a fim de garantir a saúde e segurança de todos que trabalham conosco. Intensificar as inspeções de segurança, implantar supervisão em tempo integral nas atividades de risco alto ou crítico, ser mais exigente com as empresas prestadoras de serviço quanto aos padrões de segurança no trabalho, intensificar as reuniões de planejamento de atividades com foco na análise de risco e das medidas preventivas a serem adotadas são exemplos de ações que foram tomadas imediatamente. Outra melhoria nesse sentido, que já estava em andamento desde o início do ano, é a preparação da nossa Companhia para obter, em 2021, a certificação do Sistema Integrado de Gestão (SGI) em quatro normas ISO: a 9001 (qualidade), a 14001 (meio ambiente), a 45001 (segurança) e a 55001 (gestão de ativos).

O desempenho operacional dos nossos ativos foi um destaque no ano. O volume de energia gerada foi elevado em 3,5%, alcançando 21,3 mil GWh, e mantivemos elevados índices de disponibilidade. Inclusive, a superação de metas de disponibilidade reverteu-se em um acréscimo na Receita Anual de Geração equivalente a R\$ 16 milhões anuais a partir de julho de 2021, conforme parâmetros de reajuste anual previstos no contrato de concessão.

Os resultados financeiros refletem a boa performance dos ativos e a assertividade da estratégia de comercialização e sazonalização da garantia física. A receita operacional líquida alcançou R\$ 3,4 bilhões, um aumento de 7,7% na comparação anual, e o Ebitda totalizou R\$ 2,8 bilhões, com evolução positiva de 20,2% quando comparado ao desempenho de 2019. Impactado pela desvalorização cambial do real em relação ao dólar, o lucro líquido registrou queda de 5,7%, somando R\$ 1,1 bilhão.

Evoluímos também em nossa governança corporativa, iniciando um processo de registro da Rio Paraná como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria “B”, concluído em março de 2021.

Outras ações corporativas que merecem destaque, pelos impactos positivos que geraram na Rio Paraná e pela dedicação que demandaram de nossos times, foram o início de desenvolvimento de um novo sistema de gestão empresarial (Projeto ONE), o Orçamento Base Zero e o lançamento da Academia CTG. No campo da inovação, conduzimos importantes parcerias com o Senai para o combate ao novo coronavírus e iniciamos os dois projetos de pesquisa em mobilidade elétrica aprovados na Chamada de Projeto de P&D Estratégico da Aneel.

Nossas duas usinas são responsáveis por praticamente 3% da capacidade instalada de geração de energia no Brasil, além de possuírem um papel fundamental para o equilíbrio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Isso nos coloca uma grande responsabilidade para com o país e a população. Agradeço especialmente aos profissionais da Rio Paraná por compartilharem diariamente esse compromisso e estou seguro de que a assertividade de nossa estratégia nos permitirá ampliar ainda mais a entrega de valor do nosso negócio à sociedade.

Evandro Leite Vasconcelos

Presidente da Rio Paraná

Perfil da Companhia

A Rio Paraná controla e opera duas usinas hidrelétricas (UHEs) – Jupiá e Ilha Solteira – no Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esses ativos somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW, o que equivale a 2,8% da potência total instalada no Brasil.

A UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Possui 20 unidades geradoras e está localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Com 1.230 km² de área de reservatório e 5,6 km de extensão de sua barragem, essa usina desempenha importante função no controle de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Jupiá (Engenheiro Souza Dias), com 14 unidades geradoras, situa-se entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS) e dispõe de uma eclusa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

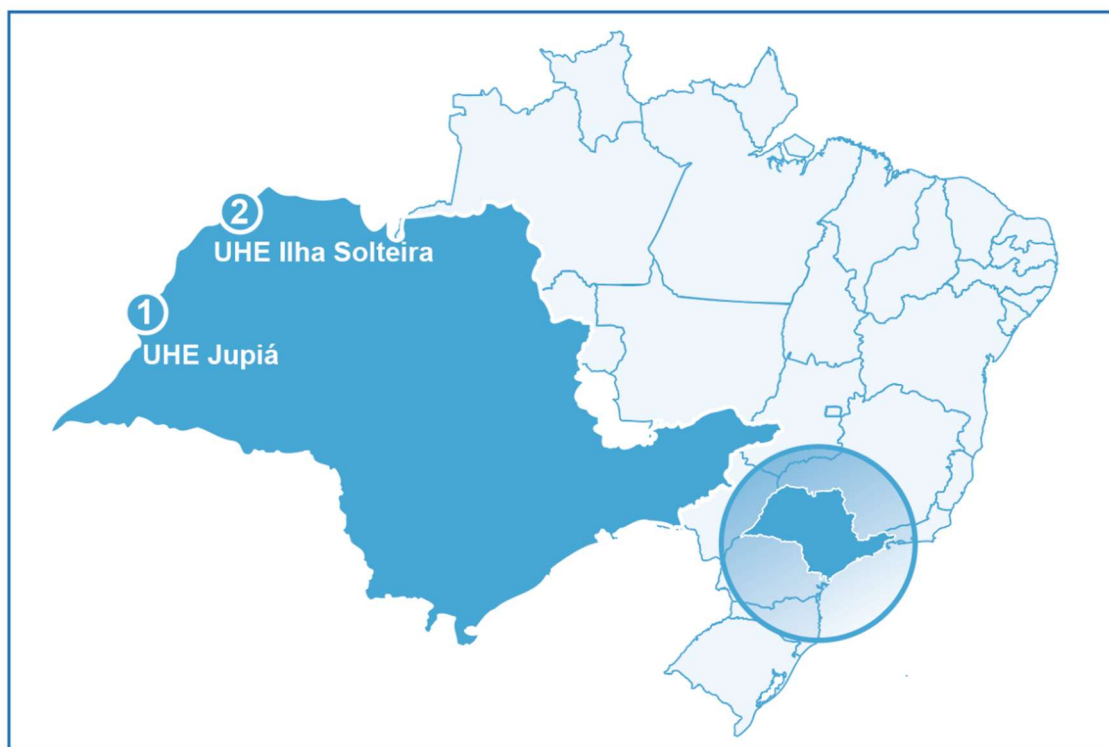
Desde 2017, a Companhia vem conduzindo um projeto de modernização dessas usinas com investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões e que deverá ser concluído até 2038. Trata-se de um esforço sem precedentes no país, que modernizará as 34 unidades geradoras de energia, estendendo sua vida útil e servindo de referência para o setor elétrico brasileiro.

A Rio Paraná é uma subsidiária direta da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia do país. As atividades de suporte são realizadas pela CTG Brasil, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Aneel.

A estratégia da Companhia é norteadada por quatro direcionadores, que foram definidos pela CTG Brasil. O primeiro é a excelência operacional, que significa operar as usinas com os mais altos padrões de qualidade e segurança e conduzir todos os processos de acordo com as melhores práticas de mercado, buscando soluções simples e ágeis. O segundo é a disciplina financeira, no qual a Companhia deve estabelecer uma cultura de eficiência e austeridade, garantindo que todos os processos e iniciativas visem a criação de valor. O terceiro *driver* é a eficiência comercial, em que a Rio Paraná usará soluções inovadoras para otimizar a relação entre risco e retorno nas vendas de energia. E, por último, o crescimento sustentável, que sugere o desenvolvimento de competências e o uso das vantagens competitivas para o crescimento e fortalecimento do negócio.

Em 2020, a Rio Paraná participou da definição, no âmbito corporativo da CTG Brasil, de um plano estratégico para esses direcionadores com o horizonte de cinco anos. Esse plano foi comunicado para toda a liderança e deve ter sua aprovação finalizada em 2021, para então ser divulgado para todo o público interno.

Mapa de operações da Rio Paraná



Parque gerador da Rio Paraná

Nome	Entrada em operação	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MWmed)	Vencimento da concessão
UHE Ilha Solteira	1973	3.444,0	1.731,5	2046
UHE Jupia*	1969	1.551,2	889,2	2046

*Desde 28/08/2020, devido à modernização das Unidades Geradoras (UGs) 02 e 06, a garantia física da UHE Jupia foi elevada de 886,00 MWmed para 889,2 MWmed, conforme Despacho Aneel nº 2482/2020 e Portaria MME nº 352/2020.

Diretrizes de atuação

Definidos pela CTG Brasil em 2019 e aplicáveis à Rio Paraná, o Propósito (“Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala”) e os Valores (Priorizamos a vida; Pessoas são a nossa energia; Integridade, sempre; Excelência em tudo; e Inovamos para transformar) são ponto de partida para os instrumentos normativos da Companhia.

O Programa Corporativo de Compliance assegura o cumprimento das diretrizes normativas corporativas e do Código de Ética e Conduta nos Negócios, por meio de um conjunto de iniciativas em capacitação e comunicação, investigação de denúncias e *due diligence* em fornecedores, parceiros de negócios e operações de fusões e aquisições. Com essa configuração, o Programa de Compliance torna-se aliado para a tomada de decisão informada, agregando valor ao negócio e preservando a agilidade na condução das atividades das diversas áreas da Rio Paraná.

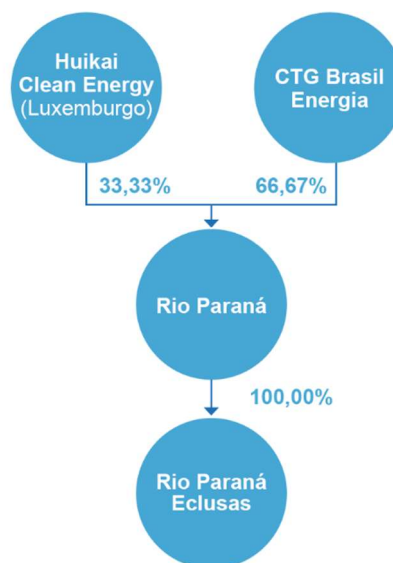
Os treinamentos de *compliance* abrangem 100% dos colaboradores e trouxeram uma abordagem inovadora em 2020, com o desenvolvimento de um *e-learning* em formato de *game*. O Canal de Ética, aberto a todos os públicos da Companhia para o recebimento de denúncias, é gerenciado por empresa especializada e possui fluxo determinado para a adequada e imparcial investigação de todas as manifestações. Em relação às avaliações de fornecedores e parceiros, cabe destacar que essas análises envolvem não apenas a pessoa jurídica, mas também informações de base de dados públicas sobre os sócios que formam o capital da entidade.

Em 2020, uma das contratadas para a modernização das usinas da Rio Paraná foi alvo de denúncia de assédio moral. A Companhia, ao tomar conhecimento do fato, exigiu da contratada o prosseguimento de investigações e a tomada de providências.

Governança corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela CTG Brasil, que detém 66,67% de seu capital, e conta também com a Huikai Clean Energy como acionista, com 33,33% do capital. Em 2020, a Companhia iniciou um processo de registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria “B”, equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo sua imagem institucional perante credores. O processo envolveu a revisão dos instrumentos normativos e Estatuto Social, entre outros documentos. O pedido foi protocolado na CVM em outubro de 2020 e finalizado em março de 2021.

Estrutura societária



A Companhia observa as instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Seu Conselho de Administração é formado por sete membros, sendo dois deles indicados pelo sócio minoritário. Nos termos legais aplicáveis, cabe ao Conselho de Administração indicar os integrantes da Diretoria Executiva, cujo mandato é de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal é um órgão não permanente, cuja instalação ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária.

Composição do Conselho de Administração da Rio Paraná

Nome	Cargo
Yujun Liu	Presidente
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Membro
Jose Renato Domingues	Membro
Hong Qin	Membro
Guozhuo Sun	Membro

Composição da Diretoria Estatutária da Rio Paraná

Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Presidente
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marcio José Peres	Diretor de Gestão de Ativos
Anderson Vitor Pereira Tonelli	Diretor Administrativo
Cesar Teodoro	Diretor de Engenharia
Yan Yang	Diretor de Operações

Gestão de riscos e controles corporativos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paraná de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma transversal, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management) que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31.000 e COSO).

Em 2020, a Companhia participou de uma revisão da matriz de riscos da CTG Brasil, em um processo colaborativo com as diversas áreas gestoras de riscos (*risk owners*) e com uma metodologia qualitativa de avaliação. Cada risco foi avaliado em uma régua de cinco níveis quanto à sua probabilidade de ocorrência e em seis categorias de impacto. A matriz resultante reúne 22 riscos, distribuídos em: Financeiros, Operacionais; de Mercado; de Compliance/Regulatórios; de Reputação; e Estratégicos.

- **Risco hidrológico** | A Rio Paraná minimiza sua exposição a esse risco, intrínseco ao setor de geração hidrelétrica, por meio da atuação das áreas de Risco de Portfólio, Planejamento Energético e da Operação, estruturas internas que avaliam cenários futuros para a disponibilidade hídrica e sugerem às áreas comerciais estratégias de proteção.
- **Riscos operacionais** | O Plano de Segurança de Barragens (PSB) abrange as duas usinas da Rio Paraná e inclui, entre outros instrumentos, o Plano de Ação de Emergência (PAE). Além disso, o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm) estabelecido nas operações define as medidas para a segurança das barragens e proteção das comunidades, incluindo reuniões periódicas de divulgação aos públicos locais. Em 2020 foi aprovada a Lei nº 14.066/2020, que altera a Lei 12.334/2010 de Segurança de Barragens. Ela traz, como principal mudança, algumas responsabilidades a mais para os empreendedores, como as definições de ações para implantação do PAE. A lei ainda carece de regulamentação por parte da Aneel, que está prevista para ser realizada ao longo de 2021.
- **Riscos financeiros** | Uma parcela desses riscos é amparada por uma carteira de seguros que leva em consideração a natureza e o grau de severidade, visando eliminar ou mitigar eventuais perdas. As principais coberturas de seguros abrangem riscos operacionais, responsabilidade civil geral, ambiental e de executivos e proteção de dados e responsabilidade cibernética. A gestão financeira é regida por políticas próprias, incluindo o monitoramento dos principais índices macroeconômicos e setoriais que impactam a gestão do caixa e da dívida.
- **Riscos de contraparte** | A Companhia monitora os ratings de crédito de clientes através de metodologia própria, embasada em informações de mercado e modelos estatísticos, visando mitigar eventuais perdas decorrentes de inadimplência.
- **Riscos de conformidade** | A Companhia avalia continuamente os riscos de conformidade no contexto dos seus negócios e os endereça por meio do Programa de Compliance, composto por ações de comunicação e treinamento, *due diligence* em processos de contratação (fornecedores e clientes), de M&A e de doação, investigação de denúncias recebidas pelo canal Linha Ética e análise de conflito de interesses, entre outros.

Ainda no último ano, a Rio Paraná participou da implementação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP), que deve ser concluída até junho de 2021. A nova solução substitui os sistemas antes utilizados pela Companhia, de forma padronizada com as demais controladas da CTG Brasil. Entre os principais ganhos obtidos com a iniciativa está a adoção de uma tecnologia de ponta, em linha com as melhores práticas de mercado, cujo custo foi compartilhado com as demais empresas da CTG Brasil.

Inovação

Na Rio Paraná, os esforços em inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D) estão direcionados para o alcance dos objetivos de negócio e para a solução de desafios das diversas áreas da Companhia. Nesse contexto, os recursos regulatórios de P&D são destinados conforme o Road Map Tecnológico, que define rotas e temas prioritários para atuação.

Exemplo disso é a parceria da CTG Brasil com a Associação Catarinense de Tecnologia (Acate), estabelecida em 2019, com prazo de 24 meses e investimentos diretos da Rio Paraná da ordem de R\$ 3,2 milhões oriundos das verbas regulatórias de P&D. A parceria instituiu o Digital Innovation Lab, ambiente em que as diversas áreas da Companhia propõem desafios às universidades e *startups* que compõem o ecossistema da Acate. Um projeto já foi concluído nesse modelo – envolvendo big data e automação de processos em um sistema de identificação de perfil de consumidor –, e outros dois estão em andamento.

Outra parceria corporativa no âmbito da inovação é a firmada com o Senai em novembro de 2019, que criou o Clean Energy Innovation Hub. Com investimento previsto da CTG Brasil de R\$ 100 milhões nos próximos cinco anos, o acordo fortalecerá o ecossistema de inovação no setor elétrico nacional e o intercâmbio de tecnologia com a China.

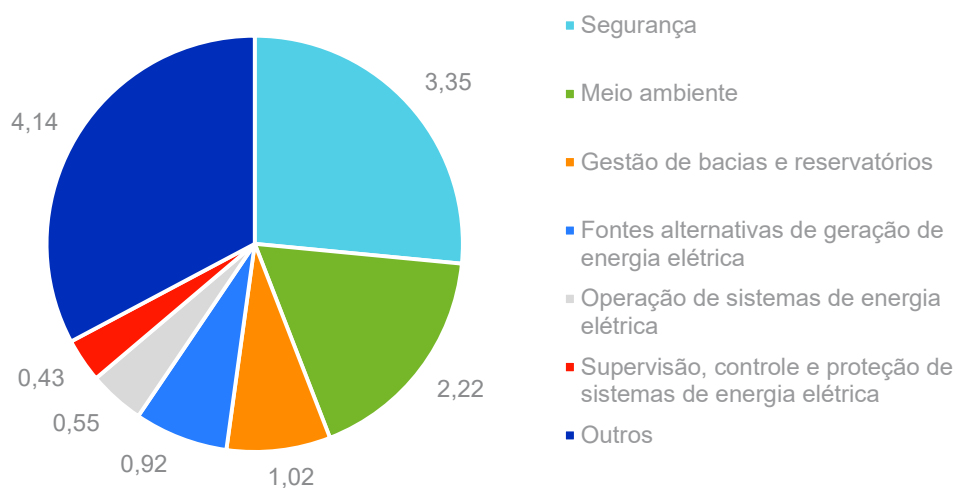
A interação com o Senai permitiu a realização de relevantes parcerias em 2020. Entre os esforços para combater o novo coronavírus, dois projetos mereceram destaque. O primeiro envolveu a produção de 18 mil litros de álcool 70° GL gel e líquido, sendo que parte da produção foi utilizada nas operações das UHEs Jupiá e Ilha Solteira e outra parcela doada a entidades do entorno. O outro abrangeu o desenvolvimento de testes rápidos de diagnóstico sorológico da doença, com investimento de R\$ 2 milhões e capacidade de produção mensal de 3 milhões de testes ao final do projeto.

Também em parceria com o Senai, e com participação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi iniciado um projeto de P&D para avaliação de desempenho de tecnologias fotovoltaicas. Com horizonte de dois anos, a iniciativa avaliará a performance de diferentes painéis e inversores em condições reais de aplicação no país.

No período, outro destaque foram os dois projetos viabilizados a partir da aprovação na Chamada de Projeto de P&D Estratégico da Aneel visando o “Desenvolvimento de Soluções em Mobilidade Elétrica Eficiente”. O primeiro trata-se de um piloto para implementar postos de carregamento e uma frota de veículos elétricos entre as UHEs Jupiá e Ilha Solteira, com investimento de R\$ 8,2 milhões até 2022. O segundo pretende criar uma plataforma digital de comercialização de energia elétrica para postos de recarga de veículos elétricos, com a aplicação de R\$ 6,2 milhões até 2021.

Em 2020, os recursos de P&D da Rio Paraná somaram R\$ 12,6 milhões, um aumento de 139% em relação ao período anterior. Para saber mais sobre os projetos no ano, [clique aqui](#) e acesse o Anuário de P&D da CTG Brasil.

Recursos de P&D por linha de pesquisa (R\$ milhões)



Contexto regulatório

A conclusão do Acordo GSF foi um dos principais marcos regulatórios do ano 2020, com impactos significativos sobre as operações da Rio Paraná. Sancionado pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentado pela Resolução Normativa nº 895/2020 da Aneel, o Acordo prevê a possibilidade de as empresas geradoras serem ressarcidas pelos impactos causados por riscos não hidrológicos, decorrentes de:

- Restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- Diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao SIN;
- Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito

Esses eventos são considerados como efeitos não hidrológicos que causaram um aprofundamento na exposição do GSF ao longo dos anos e, conseqüentemente, perdas financeiras às hidrelétricas. O Acordo a ser firmado prevê a quitação dos débitos em aberto no mercado de curto prazo e obtenção, como contrapartida, de extensão do prazo de concessão das UHEs elegíveis.

Os efeitos para a Rio Paraná não foram considerados em 2020, pois em um primeiro momento as usinas cotistas não haviam sido consideradas pela Aneel na repactuação. Apesar de a Aneel ter revisto esse posicionamento e considerado a parcela livre das usinas cotistas na Resolução Normativa nº 895/2020, a Rio Paraná não teve parâmetros para calcular previamente a estimativa dos valores de ressarcimento para a Companhia. Neste momento, a Rio Paraná aguarda a publicação e a homologação dos valores oficiais pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pela Aneel, o que deve ocorrer até o início de abril.

Outras deliberações no âmbito legislativo nacional que visam a modernização do setor elétrico brasileiro, como o PL 232/2016 e o PL 1.917/2015, pouco avançaram no ano. Devido à pandemia da Covid-19, as pautas perderam urgência de votação, mas seguem em discussão no Senado e na Câmara e são de alta relevância para o contínuo aprimoramento do setor. A Rio Paraná acompanha a evolução dessas discussões.

Ao longo do ano, a implantação da primeira fase do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) horário ocorreu conforme previsto e com engajamento dos diversos atores do setor elétrico. Desde janeiro, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) adotou o Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) na programação de operação. A segunda fase iniciará em janeiro de 2021, quando a CCEE vai adotar o Dessem no cálculo do PLD, na contabilização e na liquidação do Mercado de Curto Prazo.

Conjuntura econômica e setorial

A pandemia de Covid-19 impactou severamente a atividade econômica e, por sua vez, o setor elétrico do país em 2020. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou retração de 4,1% no período. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 2,0% - mais baixo patamar histórico – e a inflação do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 4,52%, enquanto a inflação medida pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) foi de 23,14%.

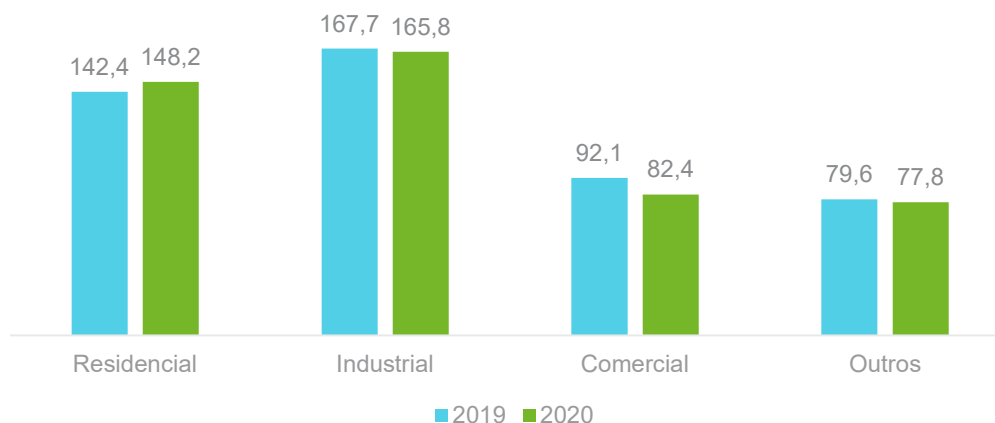
A valorização do dólar frente ao real alcançou patamares elevados, sendo que a cotação da moeda estrangeira passou de R\$ 4,03 no início do ano para R\$ 5,20 no fim de 2020. A Rio Paraná está exposta à variação cambial por causa da dívida com partes relacionadas (intragrupo) em dólar, por isso o câmbio é continuamente monitorado.

Indicadores macroeconômicos

%	2020	2019
IGP-M	23,14%	7,31%
IPCA	4,52%	4,31%
Taxa de câmbio (USD)	5,1967	4,0307
Taxa Selic	2,00%	4,50%

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 474 mil GWh em 2020, uma diminuição de 1,6% em relação ao ano anterior. Apenas a classe de consumo residencial registrou crescimento, de 4,1%, principalmente devido às medidas de distanciamento social. Entre os setores produtivos, o mais atingido foi o comércio (queda de 10,5%), e a indústria registrou redução de 1,1%). Na avaliação por ambiente de comercialização, o mercado livre continuou a receber novas organizações que compram sua energia diretamente de geradores e comercializadores. De acordo com boletim da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o mercado livre reunia mais de 8 mil consumidores, um aumento de 22% em relação a 2019.

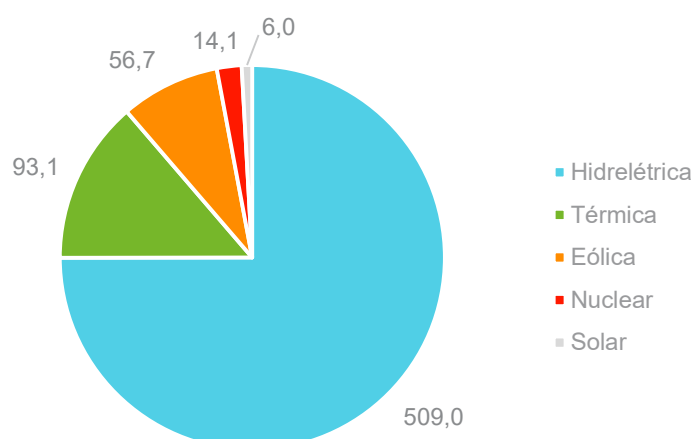
Consumo de energia elétrica no Brasil por classe em 2020 (mil GWh)



As usinas hidrelétricas, responsáveis por 65,8% da capacidade instalada de geração do Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo ONS. A entidade, responsável pela coordenação e operação do SIN, avalia diversos parâmetros climáticos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2019, essas usinas foram responsáveis pela geração de 75% da energia elétrica do SIN.

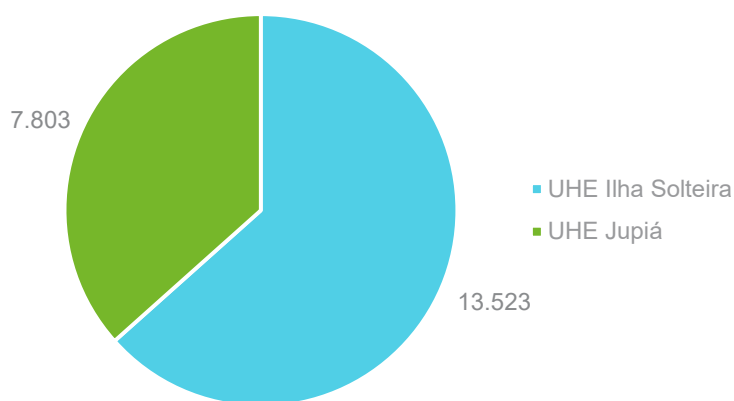
Energia gerada no SIN por fonte em 2020 (mil GWh)



Desempenho operacional

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 21.325,5 GWh em 2020, um aumento de 3,5% na comparação anual devido à maior necessidade de exploração desses recursos pelo ONS para atendimento à carga do SIN. A disponibilidade do parque gerador foi de 93,51%, sendo que todas as usinas estão acima dos índices de referência previstos na regulação do setor. O bom desempenho em disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupia permitiu um acréscimo na Receita Anual de Geração equivalente a R\$ 16 milhões anuais, conforme parâmetros de reajuste anual previstos no contrato de concessão.

Produção de energia em 2020 (GWh)



Produção de energia

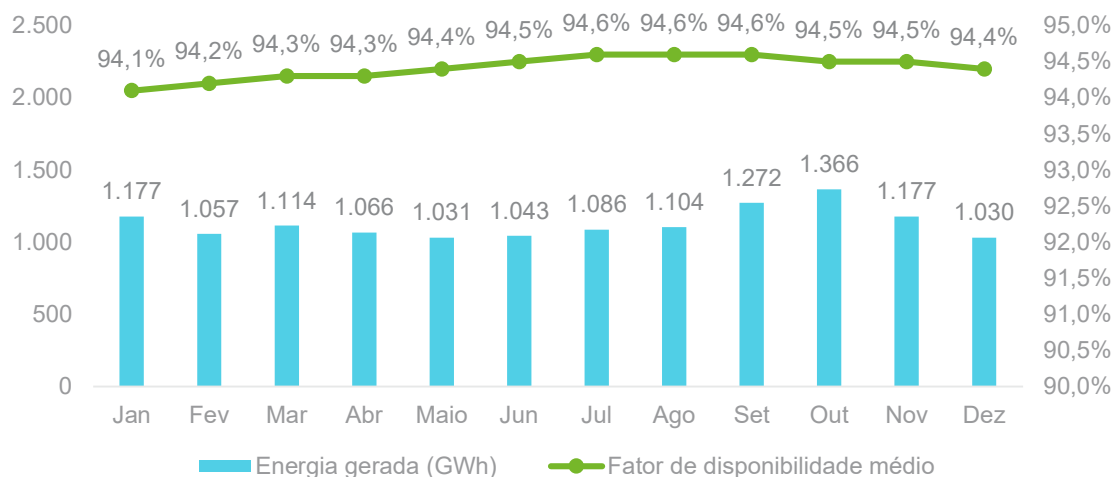
GWh	2020	2019	Varição (%)
UHE Ilha Solteira	13.522,5	13.033,3	3,8
UHE Jupia	7.803,0	7.575,7	3,0
Total	21.325,5	20.609,0	3,5

Índice de disponibilidade*

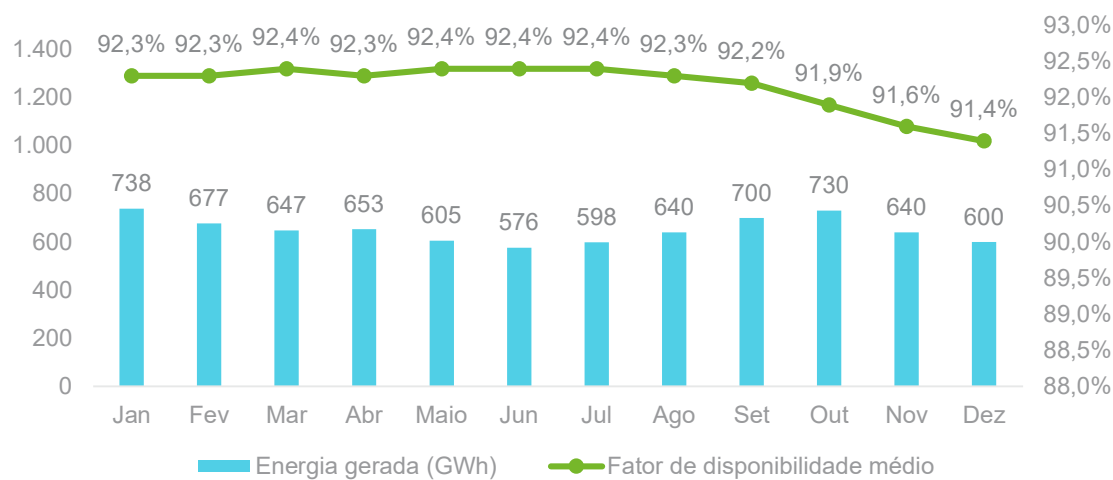
%	2020	2019	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	94,44%	93,88%	89,58%
UHE Jupia	91,44%	92,31%	89,58%
Consolidado	93,51%	93,40%	89,58%

*O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIfa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: $ID = (1 - TEIP) * (1 - TEIfa)$. Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

UHE Ilha Solteira Produção de energia X Fator de disponibilidade



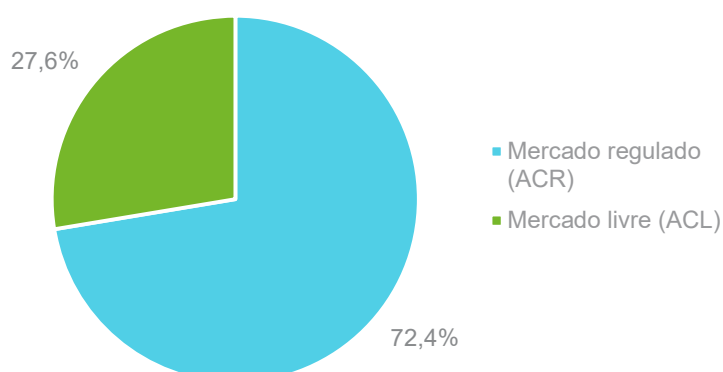
UHE Jupia Produção de energia X Fator de disponibilidade



As estratégias de comercialização e sazonalização mais uma vez se mostraram assertivas e contribuíram para os resultados obtidos no ano. No início de 2020, operações bem-sucedidas permitiram a constituição de um saldo positivo, que compensou os impactos negativos dos meses subsequentes, decorrentes da pandemia de Covid-19 e do cenário hidrológico no quarto trimestre do ano. A partir de agosto, a retomada paulatina da atividade econômica voltou a elevar a demanda por energia.

A comercialização da energia gerada pela Companhia é realizada por uma área específica e cujos processos são certificados na ISO 9001. A Rio Paraná vendeu 20.011 GWh de energia no ano, sendo 72,4% direcionados ao mercado regulado e 27,6% ao mercado livre. No mercado regulado, o pacote de medidas do governo federal em apoio às distribuidoras para enfrentar os impactos da pandemia contribuiu para a manutenção dos contratos. No mercado livre, um pacote de condições de prazo e taxas para renegociação de contratos foi oferecido a todos os clientes que demonstraram interesse em rever as condições de compra de energia. Com essa medida, a Rio Paraná registrou 100% de adimplência ao longo do ano.

Energia vendida em 2020



Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Receita operacional bruta	3.721.338	3.608.332	3,1
Receita de ativos financeiros	416.187	265.335	56,9
(-) Deduções à receita operacional	(759.498)	(737.146)	3,0
Receita operacional líquida	3.378.027	3.136.521	7,7
(-) Custos e despesas operacionais	(803.319)	(1.035.179)	- 22,4
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	2.574.708	2.101.342	22,5
Ebitda	2.826.518	2.351.711	20,2
Margem Ebitda (%)	83,7%	75,0%	8,7 p.p.
Resultado financeiro	(1.059.235)	(594.501)	78,2
Resultado antes dos impostos	1.515.040	1.506.213	0,6
Lucro líquido do exercício	1.135.361	1.203.971	- 5,7
Margem líquida (%)	33,6%	38,4%	- 4,8 p.p.
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Ações em circulação	7.014.326	7.014.326	-
Lucro líquido básico e diluído por ação R\$	0,16186	0,17164	- 5,7

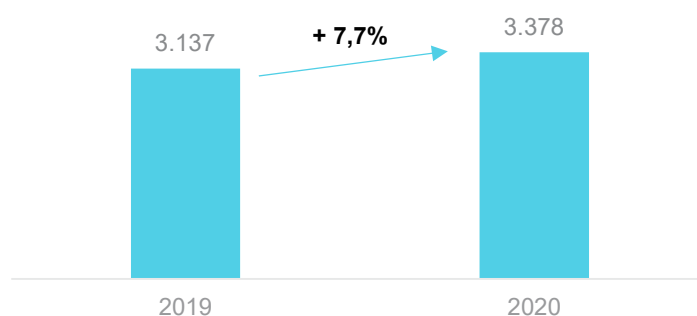
Receita

Em comparação com o exercício anterior, a Rio Paraná apresentou aumento de R\$ 241,5 milhões, ou 7,7%, na receita operacional líquida.

Nas receitas operacionais, destaca-se uma elevação da receita proveniente do mercado regulado (ACR) em virtude do reajuste anual das receitas de quotas pelo IPCA e de um aumento extra de 3,05% a partir de julho de 2020 previsto no contrato de concessão, obtido em virtude do bom desempenho de disponibilidade das usinas. Além disso, houve um desempenho positivo com receitas adicionais no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Nas receitas de ativos financeiros, o aumento deve-se basicamente ao incremento do IPCA, considerado na comparação entre os dois exercícios (2020: 5,62% e 2019: 3,75%). O IPCA é o indicador utilizado para atualização da remuneração da outorga, cuja aplicação é acumulada.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



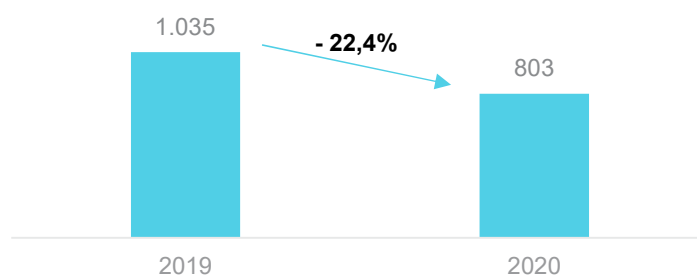
Custos e despesas operacionais

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Pessoal	(82.631)	(84.080)	- 1,7
Materiais	(12.541)	(12.514)	0,2
Serviços de terceiros	(60.323)	(57.726)	5,3
Energia comprada	(136.743)	(394.030)	- 65,3
Depreciação e amortização	(252.243)	(250.997)	0,5
Encargos de uso da rede elétrica	(150.518)	(138.066)	9,0
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(35.638)	(33.452)	6,5
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(5.788)	-	-
Seguros	(7.980)	(8.318)	- 4,1
Aluguéis	(1.203)	(1.135)	6,0
Provisões para riscos	(169)	(6.376)	- 97,3
Compartilhamento de despesas	(45.580)	(41.838)	8,9
Outros	(11.962)	(7.097)	68,6
	(803.319)	(1.035.179)	- 22,4

As despesas operacionais apresentaram, em 2020, uma redução de R\$ 231,9 milhões, ou 22,4%, comparativamente ao ano de 2019. Na análise das variações, vale destacar:

- Energia comprada | Redução de R\$ 257,3 milhões, ou 65,3%, em virtude de uma melhor estratégia comercial nos contratos bilaterais e, também, de uma melhor estratégia de sazonalização da garantia física;
- Encargos de uso da rede elétrica | Elevação de R\$ 12,5 milhões, ou 9,0%, em decorrência principalmente dos encargos de Transmissão (TUST), cujas tarifas são atualizadas anualmente por índices acima da inflação.
- Provisões para riscos | Queda em 2020, em razão do efeito pontual em 2019 de R\$ 6,4 milhões, resultante, substancialmente, de acordo judicial com a CESP em ação que tratava da responsabilidade pela gestão e manutenção do zoológico de Ilha Solteira. O acordo compreendeu o reembolso de despesas à CESP entre julho de 2016 e dezembro de 2019, bem como a assunção da gestão e manutenção do zoológico pela Rio Paraná a partir de 2020.

Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)



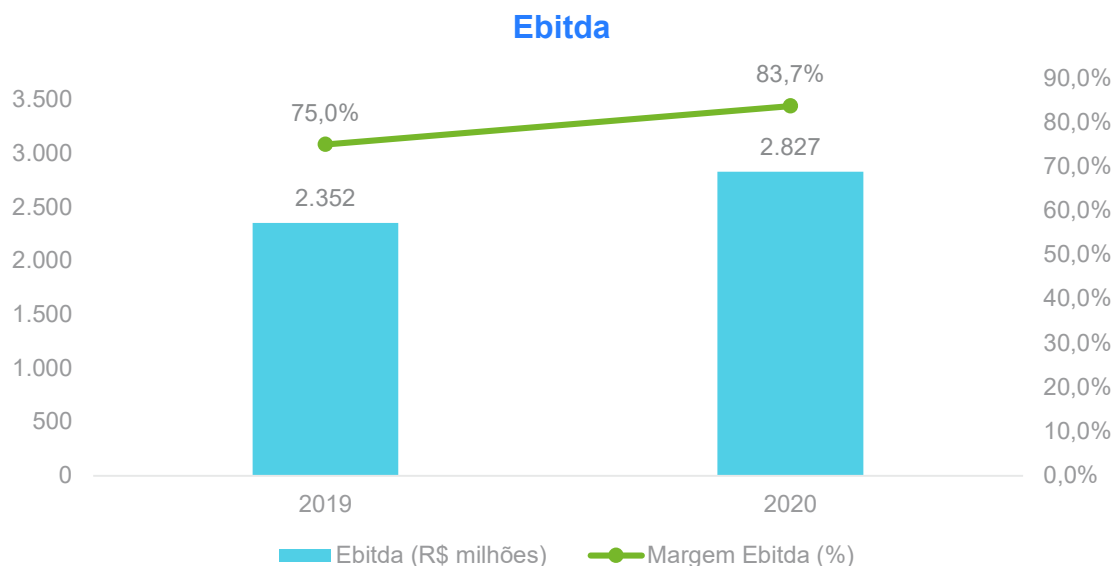
Ebitda e margem Ebitda

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	1.135.361	1.203.971	5,7
Imposto de renda e contribuição social	379.679	302.242	- 25,6
Resultado financeiro (líquido)	1.059.235	594.501	78,2
Depreciação e amortização	252.243	250.997	0,5
Ebitda	2.826.518	2.351.711	20,2
Margem Ebitda (%)	83,7%	75,0%	8,7 p.p.

O Ebitda, ou Lajida, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou no último ano um aumento de R\$ 474,8 milhões, o que representa 20,2% a mais do que o desempenho de 2019. Esse resultado é atribuível principalmente ao aumento na receita operacional líquida e à redução na compra de energia devido à melhor estratégia de comercialização.



Resultado financeiro

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Receitas	709.188	770.803	- 8,0
Despesas	(1.768.423)	(1.365.304)	29,5
Resultado financeiro líquido	(1.059.235)	(594.501)	78,2

O resultado financeiro líquido apresentado em 2020 foi negativo em R\$ 1.059,2 milhões, representando um aumento de 78,2%, ou R\$ 464,7 milhões, comparativamente ao ano de 2019. Acerca dessa variação negativa, vale destacar o seguinte conjunto de informações:

- Aumento de R\$ 887,1 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial líquida incidente sobre o empréstimo em dólares da Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado pela desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2020;
- Aumento de R\$ 81,1 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo;
- Redução de R\$ 372,8 milhões na despesa de atualização monetária referente ao ajuste a valor presente do passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos, em virtude da revisão do cronograma que estendeu a data final prevista para conclusão do projeto;
- Redução de R\$ 182,4 milhões nas despesas financeiras de juros relativos ao empréstimo mantido pela Rio Paraná com o Banco Mitsubishi, principalmente em razão da queda do CDI no exercício;
- Queda de R\$ 43,7 milhões nas receitas financeiras de aplicação financeira do caixa da Companhia, em virtude de queda do CDI no exercício.

Endividamento

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Debêntures	500.057	487.476	2,6
Longo prazo	500.057	487.476	2,6
Empréstimos	2.025.562	2.701.631	- 25,0
Curto prazo	675.562	676.631	- 0,2
Longo prazo	1.350.000	2.025.000	- 33,3
Partes relacionadas	3.625.934	3.605.579	0,6
Curto prazo	621.592	809.281	- 23,2
Longo prazo	3.004.342	2.796.298	7,4
Caixa e equivalentes de caixa	(167.446)	(1.133.627)	- 85,2
Dívida líquida	5.984.107	5.661.059	5,7

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa. No ano de 2020, a dívida líquida apresentou um aumento de 5,7% em comparação com a posição final de 2019. Esse aumento deu-se basicamente pelo efeito da variação cambial incidente sobre o empréstimo mantido em dólares pela Rio Paraná com a CTG Luxemburgo e, também, pela menor posição final de caixa no final de 2020 em razão dos pagamentos de dividendos efetuados pela Companhia aos acionistas.

R\$ mil (exceto quando indicado)	Remuneração	Vencimento	2020	2019	Variação (%)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/02/2023	3.625.934	3.605.579	0,6
Tokyo – Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	2.025.562	2.701.631	- 25,0
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	239.476	239.337	0,1
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	260.581	248.139	5,0
			6.151.533	6.794.686	- 9,5

Lucro líquido

A Rio Paraná apresentou um lucro líquido de R\$ 1.135 milhões, representando uma redução de 5,7% em comparação com o desempenho apresentado no mesmo período do ano anterior. Acerca desse desempenho, vale ressaltar que, apesar de todos os desafios enfrentados em um ano totalmente atípico, o desempenho operacional representado pelo Ebitda apresentou crescimento de 20,2%, com destaque para a bem-sucedida estratégia de comercialização e sazonalização implementada. O impacto negativo no resultado financeiro deu-se basicamente em virtude da alta volatilidade dos indicadores financeiros, com amplo destaque para a desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$), que penalizou o resultado da Companhia.



Mercado de capitais

A Rio Paraná apura e distribui dividendos e juros sobre o capital (JCP) a seus acionistas anualmente, conforme previsto no Estatuto Social e mediante aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Existe também a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários, desde que o montante total de remuneração aos acionistas no semestre não exceda as reservas de capital. Os valores são apurados conforme as demonstrações societárias da Companhia.

Sustentabilidade

A visão de sustentabilidade da Rio Paraná é norteada pela Política de Sustentabilidade da CTG Brasil, que definiu em 2017 seis pilares de atuação, e pela matriz de materialidade corporativa, elaborada em 2019. O modelo de negócio da Companhia tem uma conexão mais intrínseca com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7, 8 e 15. Por isso, o foco de atuação é direcionado às contribuições para esses ODS, incluindo a perspectiva de, até 2022, definir metas de sustentabilidade que evidenciem essa geração de valor.

Em 2020, a Companhia envolveu-se em um programa corporativo de Educação para a Sustentabilidade, o “Pense Responsável, envolvendo o engajamento da liderança em encontros e palestras, além de ações de educomunicação para todo o quadro de colaboradores. Entre as iniciativas mais amplas do programa, destacaram-se a criação de uma trilha de aprendizagem de sustentabilidade e a realização do CTG Expert, encontro on-line para falar de sustentabilidade com os profissionais.

Em 2021, a Rio Paraná pretende obter a certificação das usinas de seu portfólio nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). Esses esforços são importantes pois contribuem para o alinhamento da gestão às melhores práticas de mercado e garantem o gerenciamento adequado dos riscos e mecanismos de controle associados a esses temas.

ODS prioritários para a Rio Paraná



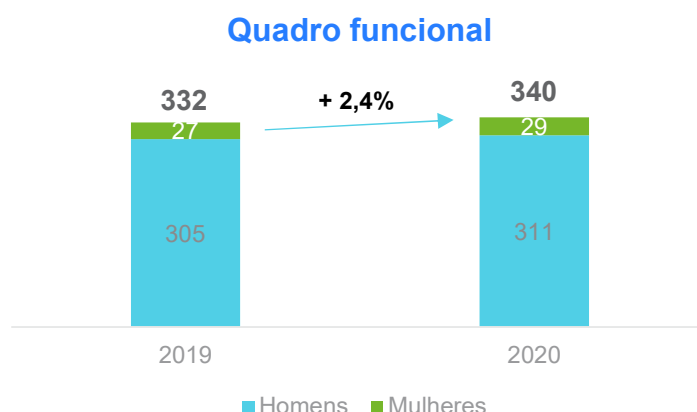
Principais indicadores de sustentabilidade

	2020	2019	Variação (%)
Ambiental			
Investimentos ambientais (R\$ mil)	10.169	5.674	79,2
Emissões diretas de GEE (escopos 1 e 2) (tCO ₂ e)	515,8	1.187,0	- 0,6
Área reflorestada (hectares)	95	100	- 5,0
Social			
Número de profissionais no quadro funcional	340	332	2,4
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre profissionais da Companhia	0,00	0,00	-
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre contratados	4,35	3,30	31,8
Investimento social (R\$ mil)	9.161	7.851	16,7
Governança			
Número de membros do Conselho de Administração	5	3	66,7
Manifestações recebidas no Linha Ética*	64	54	18,5

*Relatos recebidos pela CTG Brasil

Pessoas

No encerramento de 2020, a Rio Paraná contava com 340 colaboradores (91,5% homens e 8,5% mulheres), além de 128 terceiros e 1 estagiário. Esse quadro funcional é 2% maior do que o do ano anterior, e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 8,3%.



Como forma de reforçar um dos valores da Companhia, “Pessoas são a nossa energia”, uma das iniciativas corporativas lançadas em 2020 foi a Academia CTG Brasil, que beneficiou a Rio Paraná. Trata-se de um ecossistema de aprendizagem envolvendo todos os profissionais e que é composto por iniciativas presenciais e on-line. Em razão da pandemia, houve destaque para a Academia Digital, uma plataforma de educação continuada para Aprendizagem Autônoma e Digital. Disponível para 100% do público interno, é composta por 86 trilhas de conhecimento construídas em 2020, além de artigos, *podcasts*, vídeos e livros.

O Leadership Development Program (LDP), iniciativa integrante da Academia CTG voltada para toda a liderança, endereçou reais necessidades do negócio e trabalhou temas como Gestão de Pessoas/Liderança e Visão de Mercado/Negócios. O engajamento desse público no LDP ocorreu por meio sessões de aquecimento sobre esses assuntos, uma vez que os módulos presenciais foram postergados para 2021.

A fim de gerar um ambiente de segurança psicológica, a CTG Brasil aderiu, em abril, ao movimento “Não Demita”, em que se comprometeu em manter os empregos de seus profissionais, abrangendo inclusive a Rio Paraná. Adicionalmente, foram contratados novos integrantes para o time, reforçando o compromisso com a sociedade. Foram implantadas, ainda, iniciativas de *mindfulness*, yoga e palestras sobre saúde em todos os aspectos, com o objetivo de trabalhar a questão da saúde emocional dos nossos colaboradores, principalmente nesse cenário de pandemia, e reforçando a importância de garantir o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Todos que podiam exercer suas atividades de forma remota, sem impactar a geração de energia, passaram a trabalhar nesse formato desde o início da pandemia. Para as funções cuja atuação presencial era imprescindível, dada a natureza do negócio como atividade essencial, todas as medidas de precaução foram tomadas. As instalações das usinas da Rio

Paraná contaram com rígidos procedimentos de higienização, protocolos para o distanciamento social e disponibilização de equipamentos para a proteção individual, como máscaras e álcool em gel. As equipes que ficaram isoladas, hospedadas em pousadas ou alojamentos dentro das usinas e trabalhando em sistema de rodízio, puderam contar com um trabalho especializado de apoio psicoemocional e um bônus de reconhecimento. Elas tiveram um monitoramento muito próximo da gestão, além de serem submetidas periodicamente a testes sorológicos para identificação da doença. Na Rio Paraná, 56 profissionais foram envolvidos nesse modelo de trabalho.

No período, 12 profissionais tiveram diagnóstico positivo para a Covid-19, sendo encaminhados para tratamento. Não foram registrados óbitos de profissionais da Companhia decorrentes da doença.

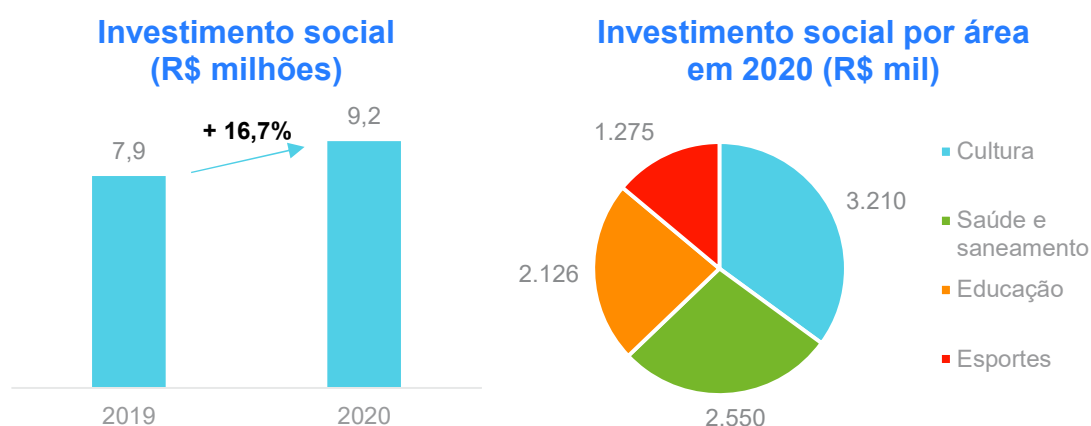
O compromisso com a saúde e segurança dos trabalhadores não se restringiu às medidas relacionadas à pandemia. Desde 2018, a Companhia monitora mensalmente as condições de segurança das instalações por meio do Índice de Segurança Preventiva (ISP), além de contar com um conjunto de treinamentos e divulgações do tema para seus profissionais, comitês de gestão de saúde e segurança e requisitos aplicáveis às contratadas.

Em 2020, assim como no ano anterior, a Companhia não registrou acidentes com os profissionais e comunidades no entorno das usinas. Entretanto, houve oito acidentes envolvendo contratados, sendo um deles, em novembro, uma ocorrência fatal na UHE Jupia, da Rio Paraná. Todo o auxílio necessário foi fornecido pela Companhia, que investigou as causas-raiz do acidente e alterou o procedimento operacional, em conjunto com a contratada, para que esse tipo de situação não se repita. Além disso, foi estruturado um grupo de trabalho para, de forma abrangente e proativa, avaliar e identificar oportunidades no sistema de gestão de segurança, estruturando um robusto plano de ação de melhorias.

Comunidades

A estratégia de atuação da Rio Paraná para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde estão instalados seus ativos é direcionada, conforme diretrizes da CTG Brasil, para o fomento à geração de renda, por meio do emprego e do empreendedorismo. Esse viés de atuação social complementa a visão da Companhia de ser agente de transformação social, atuando em parceria com entidades locais em prol do desenvolvimento regional.

Ainda no último ano, a realização pela CTG Brasil do primeiro Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local, conferiu maior democratização e transparência à seleção de projeto para apoio via leis de incentivo, inclusive os investimentos sociais da Rio Paraná. Além disso, o processo fortaleceu o alinhamento das iniciativas apoiadas à visão corporativa de desenvolvimento local, com foco na promoção de um legado para as localidades de atuação. O Edital registrou 278 inscrições, das quais 21 foram aprovadas. Os recursos da Rio Paraná abrangeram 15 dessas iniciativas aprovadas e foram direcionados ainda em dezembro de 2020, somando R\$ 9,2 milhões e representando 100% do investimento social total da Companhia no ano.



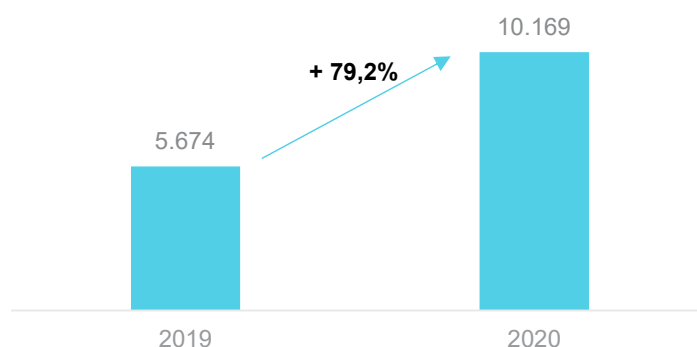
Outro destaque de 2020 foi o início de um projeto de P&D direcionado à promoção do turismo sustentável. A iniciativa envolveu o mapeamento de tendências de inovação social no tema e um desafio lançado publicamente pela CTG Brasil para a identificação de propostas transformadoras de desenvolvimento e gestão do turismo sustentável. Das quase 200 propostas inscritas, 3 foram vencedoras e receberão R\$ 100 mil cada, além de passarem por um processo de aceleração e mentoria ao longo de 2021.

Em relação às ações para combater a pandemia de Covid-19, a CTG Brasil enviou, em março, 50 mil macacões de proteção química e biológica para a China e intermediou, em junho, a doação da CTG Corporation de equipamentos hospitalares ao governo estadual de São Paulo, no valor total de R\$ 7,5 milhões (€ 1,3 milhão). A contribuição para evitar a disseminação do novo coronavírus também envolveu projetos de P&D em parceria com o Senai (saiba mais na página 9).

Meio ambiente

A gestão ambiental da Rio Paraná atua de maneira holística e sistêmica sobre todos os potenciais impactos de suas operações, tanto dentro das usinas quanto em seu entorno. Em 2020, a Companhia investiu R\$ 10,2 milhões em iniciativas nesse âmbito, um aumento de 79% em relação a 2019. Uma das frentes de atuação nesse escopo foi a adoção de práticas que sistematizam a prevenção de impactos ambientais gerados nas operações, como resíduos e vazamentos. Em 2021, as usinas contarão com um modelo de inspeções ambientais, similar ao que já é adotado no contexto de saúde e segurança.

Investimentos ambientais (R\$ mil)



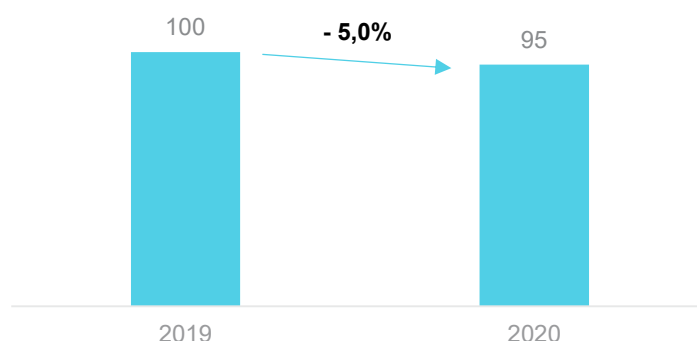
No último período, a Rio Paraná publicou pela primeira vez o inventário de gases de efeito estufa (GEE), consolidado com as demais empresas da CTG Brasil, no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol com Selo Ouro (auditado). As 516 toneladas de CO₂ equivalente geradas diretamente pela Companhia e contabilizadas nos escopos 1 e 2 do inventário – que tem ano-base 2019 – foram compensadas por meio da compra de créditos de carbono.

Inventário de emissões de GEE da Rio Paraná

tCO ₂ e	2020 (ano-base 2019)	2019 (ano-base 2018)
Escopo 1	467,1	925,2
Escopo 2	48,7	261,7
Escopo 3	906,7	1.183,0

No entorno das usinas merecem destaque as iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, como a reposição de peixes nos rios e o plantio de reflorestamento. Anualmente, é realizada a soltura de 2,1 milhões de alevinos, além de serem mantidos programas de monitoramento de ictiofauna e fauna silvestre que ocorrem nos entornos dos reservatórios. Em 2020, a Companhia promoveu o plantio de 158 mil mudas em uma área de 95 hectares, o equivalente a 68 campos de futebol. Em relação à proteção de espécies, a Rio Paraná gerencia o centro de conservação de fauna silvestre instalado no entorno da UHE Ilha Solteira, que abriga atualmente 420 animais.

Área reflorestada (hectares)



Em relação à gestão das bordas dos reservatórios, com o intuito de monitorar todas as suas áreas sob concessão com agilidade, precisão e gestão eficiente de custos, a Companhia consolidou, em 2020, seu sistema de monitoramento por imagens de satélite para detecção de novas ocupações em todas as usinas hidrelétricas. Além da realização do 2º Ciclo de Monitoramento em 2020, foi iniciado também o 3º Ciclo de Monitoramento, de forma a serem realizados dois ciclos por ano a partir de 2021.

Outro destaque do período foi a premiação do projeto de P&D Monitoramento Espacial de Macrófitas, que usa imagens de satélite e dados ambientais e hidrológicos para mapear a localização e monitorar o deslocamento dessas plantas no reservatório da UHE Jupia, servindo como ferramenta de planejamento prévio para a operação da usina. O projeto teve seu principal produto, o Sistema de Monitoramento de Macrófitas (SMM) selecionado como vencedor da categoria Produto e Solução Inovadora pela International Innovation Awards (IIA – 2020) pela Enterprise Asia, plataforma que reconhece soluções notáveis e incentiva as organizações a continuar investindo em inovação.

Prêmios e reconhecimentos

Valor 1000 | A CTG Brasil, acionista controladora da Rio Paraná, ocupou a 140ª posição no *ranking* do jornal Valor Econômico, que avalia indicadores financeiros, como receita líquida e lucro líquido.

International Innovation Awards 2020 | O projeto de P&D de desenvolvimento de sistema de monitoramento de macrófitas por meio de geotecnologias foi vencedor da categoria Produto e Solução Inovadora.

Audidores independentes

A Rio Paraná conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que cabe aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que podem ser autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor; e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	167.446	1.133.627
Clientes	6	397.629	289.448
Tributos a recuperar	7.2	4.618	1.016
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	1.286.701	1.500.699
Serviços em curso		17.896	6.950
Despesas antecipadas		6.099	6.193
Outros créditos		9.784	1.134
Total do ativo circulante		1.890.173	2.939.067
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes	6	-	124
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	9.290.512	8.658.545
Depósitos judiciais	8	477.820	466.070
Despesas antecipadas		781	649
		9.769.113	9.125.388
Imobilizado	10	11.108	10.373
Intangível	11	6.331.971	6.398.671
Total do ativo não circulante		16.112.192	15.534.432
Total do ativo		18.002.365	18.473.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	12	82.132	126.541
Salários, provisões e contribuições sociais		19.740	18.228
Tributos a recolher	7.2	212.983	213.898
Encargos setoriais	13	45.325	29.949
Empréstimos	14	675.562	676.631
Dividendos	17	-	210.082
Juros sobre capital próprio (JSCP)	18	569.950	606.721
Partes relacionadas	20	628.168	816.255
Provisões para grandes reparos	19	67.135	174.737
Provisões para riscos	16	816	690
Outras obrigações		2.251	1.527
Total do passivo circulante		2.304.062	2.875.259
Não circulante			
Tributos diferidos	7.3	703.116	613.048
Encargos setoriais	13	44.020	42.663
Empréstimos	14	1.350.000	2.025.000
Debêntures	15	500.057	487.476
Partes relacionadas	20	3.004.342	2.796.298
Provisões para grandes reparos	19	1.389.292	1.639.478
Provisões para riscos	16	156.438	152.376
Outras obrigações		4.969	5.067
Total do passivo não circulante		7.152.234	7.761.406
Total do passivo		9.456.296	10.636.665
Patrimônio líquido	21		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva legal		327.022	270.254
Reserva de lucros		1.570.030	917.563
Total do patrimônio líquido		8.546.069	7.836.834
Total do passivo e patrimônio líquido		18.002.365	18.473.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	22	3.378.027	3.136.521
Custos operacionais			
Pessoal		(66.301)	(65.524)
Material		(12.487)	(12.118)
Serviços de terceiros		(52.274)	(49.682)
Energia comprada	23.1	(136.743)	(394.030)
Depreciação e amortização		(250.253)	(249.116)
Encargos de uso da rede elétrica	23.2	(150.518)	(138.066)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(35.638)	(33.452)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(5.788)	-
Seguros		(7.757)	(8.067)
Aluguéis		(952)	(614)
Provisões para riscos		(169)	(6.383)
Outros		(3.579)	537
		(722.459)	(956.515)
Resultado bruto		2.655.568	2.180.006
Despesas operacionais			
Pessoal		(16.330)	(18.556)
Material		(54)	(396)
Serviços de terceiros		(8.049)	(7.594)
Depreciação e amortização		(1.990)	(1.881)
Seguros		(223)	(251)
Aluguéis		(251)	(521)
Provisões para riscos		-	7
Compartilhamento de despesas		(45.580)	(41.838)
Outras		(8.383)	(7.634)
		(80.860)	(78.664)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		(433)	(628)
		(433)	(628)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		2.574.275	2.100.714
Resultado financeiro	24		
Receitas		709.188	770.803
Despesas		(1.768.423)	(1.365.304)
		(1.059.235)	(594.501)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.515.040	1.506.213
Imposto de renda e contribuição social	25		
Corrente		(335.735)	(257.573)
Diferido		(43.944)	(44.669)
		(379.679)	(302.242)
Lucro líquido do exercício		1.135.361	1.203.971
Lucro líquido básico e diluído por ação	26	0,16186	0,17164

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.135.361	1.203.971
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.135.361	1.203.971

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.649.017	270.254	917.563	-	7.836.834
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.135.361	1.135.361
Baixa imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(46.126)	-	(46.126)
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	698.593	(698.593)	-
Reserva legal	-	56.768	-	(56.768)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(380.000)	(380.000)
	-	56.768	698.593	(1.135.361)	(380.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.649.017	327.022	1.570.030	-	8.546.069

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.649.017	210.055	871.036	-	7.730.108
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.203.971	1.203.971
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	60.199	676.773	(736.972)	-
Dividendos intermediários	-	-	(630.246)	-	(630.246)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(466.999)	(466.999)
	-	60.199	46.527	(1.203.971)	(1.097.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.649.017	270.254	917.563	-	7.836.834

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.515.040	1.506.213
Ajustes em:			
Depreciação e amortização		252.243	250.997
Equivalência patrimonial		433	628
Apropriação de juros sobre empréstimo	14.4	77.724	260.098
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	20.4.1	265.049	183.911
Provisão de juros e atualização monetária de ativos financeiros	9.1.2	(1.429.643)	(1.251.770)
Atualização da provisão para grandes reparos		592.222	179.586
Amortização ajuste a valor presente provisão de grandes reparos		(869.183)	(83.709)
Atualização RBO		(1.782)	(2.722)
Variação monetária sobre depósitos judiciais	8	(11.738)	(24.659)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	20.4.1	1.027.438	140.351
Provisão para riscos	16.1.2	169	6.389
Variação monetária sobre provisão para riscos	16.1.2	4.405	8.535
Ganho na baixa do ativo imobilizado/intangível		5.013	(488)
Variação nos ativos:			
Clientes		(108.057)	(26.335)
Despesas antecipadas		(38)	1.524
Depósito judicial		(12)	93
Serviços em curso		(10.946)	(4.362)
Ativo financeiro vinculado à concessão	9.1.2	1.013.456	986.435
Baixas no ativo imobilizado e intangível		-	1.582
Outros créditos		(9.047)	209.307
Variação nos passivos			
Fornecedores		(44.409)	50.633
Encargos setoriais		16.733	14.325
Provisões para grandes reparos		(244.177)	(535.311)
Salários, provisões e contribuições sociais		1.512	326
Provisões para riscos		(386)	(153.152)
Capitalização de juros sobre debêntures		37.510	42.712
Impostos, taxas e contribuições		(168.195)	(260.487)
Outras obrigações		191	310.897
Caixa gerado nas operações		1.911.525	1.811.547
Pagamento de juros sobre debêntures	15.2	(24.929)	(32.062)
Pagamento de juros sobre empréstimos	14.4	(78.793)	(261.429)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	20.4.1	(354.533)	(93.985)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(229.057)	(172.875)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		1.224.213	1.251.196
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(30.156)	(20.687)
Recebimento na venda de imobilizado		2.215	(538)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(27.941)	(21.225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	17	(210.082)	(477.082)
Pagamento de juros sobre capital próprio	18	(359.771)	(514.104)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	20.4.1	(917.600)	(229.487)
Pagamentos de principal sobre empréstimos	14.4	(675.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(2.162.453)	(1.220.673)
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(966.181)	9.298
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.133.627	1.124.329
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		167.446	1.133.627
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(966.181)	9.298

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receitas			
Venda de energia e outros serviços	22	2.961.840	2.871.186
Receita de ativos financeiros	22	416.187	265.335
		3.378.027	3.136.521
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede	23	(320.606)	(734.654)
Materiais e serviços de terceiros		(118.428)	(111.719)
Outros custos operacionais		(18.707)	(21.596)
		(457.741)	(867.969)
Valor adicionado bruto		2.920.286	2.268.552
Depreciação e amortização		(252.243)	(250.997)
Valor adicionado líquido produzido		2.668.043	2.017.555
Equivalência patrimonial		(433)	(628)
Outras receitas financeiras		709.182	770.895
Valor adicionado recebido em transferência		708.749	770.267
Valor adicionado total a distribuir		3.376.792	2.787.822
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		42.008	44.932
Benefícios		17.673	15.651
FGTS		3.480	3.779
Provisão para gratificação (bônus)		502	-
Participação nos resultados		7.944	7.323
		71.607	71.685
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		364.814	70.844
Estaduais		646	8
Municipais		36.049	78.361
		401.509	149.213
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis		1.438	1.252
Outras despesas financeiras		1.766.877	1.361.701
		1.768.315	1.362.953
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre capital próprio		380.000	466.999
		380.000	466.999
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos		755.361	736.972
		755.361	736.972
Valor adicionado distribuído		3.376.792	2.787.822

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupia e (UHE) Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME, com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016. O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Aneel, regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupia e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual, com atualização a partir de julho, cujo reajuste em 2020 foi de 6,84%. Nos termos do Contrato, a cota de garantia física de energia física e de potência no regime de alocação obedece ao percentual de 70%, podendo a Companhia comercializar os 30% restantes no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme mencionado na nota 2.6.2, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupia e serviços relacionados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 413.889, principalmente em virtude das amortizações dos empréstimos intercompany e do empréstimo mantido junto ao Banco Mitsubishi. Está planejada a emissão de uma debênture para o ano de 2021 para recomposição dos níveis de endividamento. A companhia postergou a emissão de 2020 em virtude do cenário desfavorável do mercado financeiro em meio a pandemia.

A administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Concessão

1.2.1. Direitos do Contrato de Concessão

Referem-se ao direito da concessionária de explorar as usinas ao longo do contrato de concessão, e foi constituído considerando bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 conforme nota explicativa 9. A amortização é registrada ao longo do prazo do Contrato de Concessão.

A parte remanescente da remuneração paga pelo Contrato de Concessão da Companhia foi registrada como um Ativo Intangível, uma vez que a Companhia receberá parte da remuneração a partir de comercialização no mercado livre junto a empresas distribuidoras de energia e prestação de serviço pelo modelo de cotas.

1.2.2. Contrato de Concessão

O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando a ser reconhecidas de acordo com o modelo de concessão.

De acordo com o normativo, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação são reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Os possíveis modelos a serem assumidos junto ao concessionário são o modelo do Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e o Bifurcado.

O modelo do Contrato de Concessão da Rio Paraná corresponde a um modelo Bifurcado de Ativo, considerando:

O Ativo Financeiro, que corresponde à parcela outorga paga e que será recebida até o final do contrato de concessão e que não existe risco de demanda;

Ativo Intangível, pelo direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de comercializar no mercado livre e cobrar das distribuidoras pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do Contrato de Concessão.

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupia	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	889,2	05/01/2016	02/07/2046
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.731,5	05/01/2016	02/07/2046
					4.995,2	2.620,7		

1.3. Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupia em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupia auferirá um ganho de 18,3MWmed.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 (catorze) máquinas entrarem em operação após a modernização (conforme nota explicativa nº 19) mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da Aneel (com homologação as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de GF definidas na Portaria).

1.4. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A Medida Provisória nº 998 publicada em setembro de 2020 foi aprovada em forma de lei de conversão pela Câmara dos Deputados em 17 de dezembro. Com o recesso parlamentar, a expectativa é que ela seja votada pelo Senado próximo ao seu prazo de validade, que é dia 09 de fevereiro. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética para a Conta de Desenvolvimento (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados.

A implantação do Preço de Energia Horário ocorreu em duas fases: A primeira etapa da implantação ocorreu em 2020 na programação e operação do Operador Nacional do Sistema (ONS) para realizar a programação de operação do sistema, enquanto apenas em 2021 foi implantado o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) Horário pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) na contabilização do Mercado de Curto Prazo.

O Projeto de Lei 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto Original do PLS 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MP 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

1.5. Fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor — (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida no início desta década causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Em consequência disso, o PLD atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Em 13 de agosto de 2020 foi votado o Projeto de Lei (PL) 3.975/2019, convertido na Lei de nº 14.052, de 09 de setembro de 2020. O texto votado apresenta diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

A Aneel reconheceu, através da Resolução Normativa nº 895/2020 que resultou da Consulta Pública 056/2020, o direito de ressarcimento (extensão da concessão) às usinas cotistas – o prazo de extensão da outorga deverá ser apurado com a garantia física da usina totalmente disponível para comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ao tempo em que efetuava consulta pública, a CCEE efetuou divulgação de dados preliminares referentes à extensão dos contratos de concessão. Nessa divulgação preliminar não constaram os dados das usinas cotistas, como é o caso da Companhia, que apenas tiveram o direito confirmado após a consulta pública e a regulamentação final da Aneel para, em seguida, encaminhar regulamentação para a CCEE providenciar os cálculos. Uma vez que a determinação dos valores para as usinas cotistas envolve informações fora do controle da Companhia, não foi possível estimar, com razoável segurança, os valores relativos à Companhia para submeter à aprovação do Conselho de Administração, ainda no exercício de 2020. O processamento das informações e sua divulgação ocorreu em 2021, conforme nota explicativa nº 30.2 que trata de eventos subsequentes.

1.6. COVID – 19

1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

A Companhia se organizou para proteger seus colaboradores e minimizar os impactos negativos nas suas atividades. Montou Comitê Executivo Multidisciplinar para acompanhar as questões e protocolou na Aneel o Plano de Contingência Operacional para os Centro de Operação da Geração (COGs) e Usinas da CTG Brasil – COVID 19, entre outras ações.

Para suas atividades administrativas adotou trabalho remoto e na área de operação e manutenção (O&M) das Usinas, tomou medidas para a redução máxima da circulação de pessoas pelas instalações, através da implantação do isolamento dos times, em turnos e em áreas específicas, garantindo assim a segurança de seus colaboradores, a regularidade da operação e o atendimento às recomendações das autoridades de vigilância sanitária.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, que resultaram em poucos e pontuais acordos, estruturados de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas, sem interrupções ou descontinuidade relevantes observadas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes ao desempenho de suas operações e nem em seus fluxos de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos tempo de suas equipes e recursos financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração da atividade econômica no mercado Nacional foi minimizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético da Companhia. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos, principalmente no que diz respeito a desvalorização do Real em relação ao Dólar, em razão da dívida mantida na moeda estrangeira (pela controlada Rio Paraná).

Embora os resultados sejam positivos até o momento, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e sem mensuração segura, inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-

Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela Resolução Normativa nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

São esperados outros desdobramentos dos efeitos da pandemia no Setor que ultrapassam a esfera das concessionárias de distribuição, mas não completamente conhecidos no momento. Dessa forma, a Aneel emitiu o Ofício Circular nº 006/2020, no sentido de uniformizar a análise dos pleitos relacionados a excludente de responsabilidade nos casos de atraso no cronograma de implantação dos empreendimentos de geração.

Com a conversão da MP em lei, 30% dos recursos que inicialmente a Companhia teria disponível para investimentos em P&D (30% dos 0,4% sobre a receita operacional líquida) será direcionado no período que compreende os anos de 2021 a 2025 para financiamento da “Conta Covid”.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2021.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foi preparada de acordo com pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.5.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 7)
- ii. Vida útil de ativos de longa duração (nota explicativa nº 11)
- iii. Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 16)
- iv. Provisão para grandes reparos (nota explicativa nº 19)

2.6. Base de Consolidação

2.6.1. Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Controladora com base no método de equivalência patrimonial.

2.6.2. Demonstrações financeiras consolidadas

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupia, e serviços relacionados. O contrato foi firmado em 30 de agosto de 2018 com duração prevista de 5 anos. Nos termos desse contrato, as receitas pelos serviços prestados são faturadas diretamente para o DNIT e a principal obrigação assumida pela Companhia compreende a operação do sistema de transposição de desnível da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Souza Dias.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2020, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providencia e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas de todo o grupo no Brasil.

Seguem abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2020	2019
Ativo	322	1.627
Passivo	2.137	1.991
Passivo a descoberto	(1.815)	(364)

Como demonstrado no quadro acima a Rio Paraná Eclusas apresenta um passivo a descoberto e, com isso, a Rio Paraná dá suporte financeiro para a sua controlada e tem intenção de continuar honrando com os compromissos contratuais assumidos por ela. Para o ano de 2020, a controlada assinou um aditivo solicitado pelo DNIT em dezembro de 2020 e há uma expectativa de recebimento dos montantes em aberto junto ao DNIT. Com o recebimento desses valores a controlada reverteria o passivo a descoberto.

Em paralelo, a Companhia acompanha a situação de processo licitatório iniciado pelo DNIT para os serviços de operação e manutenção da Eclusa de Jupia, com o objetivo de definir questões relativas à continuidade ou não das atividades da Rio Paraná Eclusas.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas a que elas se referem. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros e fianças bancárias para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice e carta fiança, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

3.2. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 13.1.2).

3.3. Impairment

3.3.1. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.4. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado - PPR é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/2000. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a opções em ações (stock option).

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram a partir de 01 de janeiro de 2020 não geraram impactos em suas demonstrações financeiras.

Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (CPC 06/ IFRS 16).

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas, que são despachadas conforme comandos dados pelo ONS.

Os impactos que podem ser causados pela situação hidrológica incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o Ajuste do MRE chamado de Ajuste de Garantia Física - *Generation Scaling Factor (GSF)*, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa para a sua operação.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M.

4.1.1.3. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, em razão do empréstimo mantido com partes relacionadas, conforme nota explicativa no 20.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e empréstimos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures	1ª	1	Varição DI + 1,05% ao ano	-	7.161	128.104	124.231	259.496
Debêntures	1ª	2	Varição IPCA + 6,15% ao ano	-	16.134	16.830	332.165	365.129
Tokyo-Mitsubishi	-	-	DI + 0,45% ao ano	11.645	703.728	715.778	696.881	2.128.032
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	-	-	4,29% + Dólar	-	737.037	649.714	1.973.724	3.360.475
				11.645	1.464.060	1.510.426	3.127.001	6.113.132

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2020 e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa 14 e 15).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.5. Análise de sensibilidade

A companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo vinculado a concessão, empréstimos, debêntures e provisão para grandes reparos ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2020 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação Provável do Indexador	2020	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	1,98%	167.365	3.319
Ativo financeiro vinculado a concessão	IPCA	3,99%	10.577.213	422.463
			10.744.578	425.782
Passivos financeiros				
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	4,80	(3.625.934)	288.667
Provisão para grandes reparos	IPCA	3,99%	(873.857)	(34.903)
Provisão para grandes reparos	IGP-M	3,99%	(582.570)	(23.268)
Empréstimo Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	1,98%	(2.025.562)	(49.467)
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	1,98%	(239.476)	(7.314)
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	3,99%	(260.581)	(27.074)
			(7.607.980)	146.641
Total da exposição líquida			3.136.598	572.423

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2020	2019
Empréstimos	14	2.025.562	2.701.631
Debêntures	15	500.057	487.476
Partes relacionadas passiva China Three Gorges (Luxembourg)	20	3.625.934	3.605.579
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(167.446)	(1.133.627)
Dívida líquida		5.984.107	5.661.059
Patrimônio líquido		8.546.069	7.836.834
Total do capital		14.530.176	13.497.893
Índice de alavancagem financeira - (%)*		41,2	41,9
* Dívida líquida / Total do capital			

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 24).

5.1. Composição

	2020	2019
Caixas e bancos	81	104
Aplicações financeiras	167.365	1.133.523
Certificado de depósito bancário (CDB)	167.365	1.133.523
	167.446	1.133.627

A variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa se deve ao pagamento de principal e juros referente ao contrato de empréstimo com partes relacionadas conforme a nota explicativa 20.4.1.

5.2. Qualidade de créditos do caixa, e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	2020	2019
A-1	-	97.607	3
B	BR-1	8.145	907.998
-	BR-1	61.694	225.626
		167.446	1.133.627

6. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no ACL.

	À vencer	2020	2019
	Até 90 dias		
Contratos ACL	82.649	82.649	74.257
Contratos ACR	142.393	142.393	136.490
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	172.587	172.587	78.825
	397.629	397.629	289.572

Enquanto as discussões em torno do GSF aguardavam conclusão, a liquidação de valores foi menor que o previsto, em razão disso, é observado um aumento do saldo de contas a receber referente a energia de curto prazo (MRE/MCP). A expectativa é que o saldo seja reduzido materialmente ainda no 1º trimestre do 2021.

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa) além de contratos que preveem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto.

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	2020		2019	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	2,3	1.876	0,5	355
2 - Bom	31,1	25.683	90,4	67.108
3 - Satisfatório	57,3	47.334	4,1	3.029
4 - Regular	9,4	7.756	5,1	3.765
5 - Crítico	-	-	-	-
	100,0	82.649	100,0	74.257

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos, Tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos à diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. Tributos a recuperar/recolher e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

O método de contabilização do passivo diferido do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

7.1. Tributos a recuperar / recolher

	2020	2019
	Circulante	Circulante
Ativo		
PIS e COFINS a recuperar	2.258	-
ICMS	2.104	-
Outros	256	1.016
	4.618	1.016
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher do período	210.875	119.836
PIS e COFINS a recolher do mês	-	17.830
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	70.050
Outros	2.108	6.182
	212.983	213.898

Em 2020 foram reconhecidos os valores de Pis e Cofins a recuperar sobre aquisições do imobilizado, aplicados na modernização das usinas.

7.2. Tributos diferidos

	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Participação nos lucros e resultados	1.943	699	2.642	2.114	761	2.875
Provisão de manutenções	24.162	8.698	32.860	75.478	27.172	102.650
Variação cambial	211.943	76.299	288.242	54.047	19.457	73.504
Provisões	1.606	578	2.184	1.302	469	1.771
Efeitos da outorga	1.126	405	1.531	680	245	925
Contingências e atualizações monetárias	5.150	1.854	7.004	38.019	13.687	51.706
Arrendamento mercantil	146	53	199	81	29	110
	246.076	88.586	334.662	171.721	61.820	233.541
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos da outorga	(747.580)	(269.129)	(1.016.709)	(568.027)	(204.490)	(772.517)
Variação cambial	-	-	-	(41.907)	(15.086)	(56.993)
Juros sobre depósito vinculado	(15.492)	(5.577)	(21.069)	(12.558)	(4.521)	(17.079)
	(763.072)	(274.706)	(1.037.778)	(622.492)	(224.097)	(846.589)
Imposto diferido líquido	(516.996)	(186.120)	(703.116)	(450.771)	(162.277)	(613.048)

A Companhia tem a expectativa de exigibilidade e de (realização) do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2021	2022	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	617.450	733.375	834.643	942.880	1.092.112	(4.923.576)	(703.116)

8. Depósitos judiciais

	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2019	466.070
Variações monetárias	11.738
Adições	12
Saldos em 31 de dezembro de 2020	477.820

Estão classificados nesta rubrica todos os depósitos judiciais realizados pela Rio Paraná, os quais são atualizados monetariamente. Referem-se a questões fiscais, mais precisamente ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofre atualização pela taxa Selic.

9. Ativo financeiro vinculado a concessão

9.1. Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõem a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração (RAG).

Os contratos de venda de energia serão todos comercializados no ACR no Sistema de Cota de Garantia Física em 2016 e, a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ACL.

Do montante pago pelo direito de concessão, parcela se refere à RBO, que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda. Esse montante, que equivale a 65% da RBO, está classificado como ativo financeiro e é atualizado pelo IPCA, conforme Resolução Normativa nº 686, de 23 de novembro de 2015. Para os demais 35% e em função do risco de demanda, a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12.

Esse ativo financeiro não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como “ativos financeiros”, inicialmente estimado a valor presente e subsequentemente é mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

9.1.1. Composição

	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	268.856	2.609.348	2.878.204	268.856	6.721.389	6.990.245
Juros e atualização monetária	1.017.845	6.681.164	7.699.009	1.231.843	1.937.156	3.168.999
	1.286.701	9.290.512	10.577.213	1.500.699	8.658.545	10.159.244

9.1.2. Movimentação

Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.159.244
Provisão de juros e atualização monetária	1.429.643
Liquidação juros e atualização monetária	(744.600)
Liquidação principal	(268.856)
Atualização do retorno da bonificação pela outorga	1.782
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.577.213

10. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente
Em serviço	
Máquinas e equipamentos	4
Veículos	5
Móveis e utensílios	9
Outros	5

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

10.1. Composição

	2020			2019	Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	196	(80)	116	631	14,8%
Veículos	5.709	(2.036)	3.673	3.368	13,9%
Móveis e utensílios	2.147	(664)	1.483	468	8,1%
Outros	7.008	(1.172)	5.836	5.906	16,7%
	15.060	(3.952)	11.108	10.373	

10.2. Movimentação

	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2020
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	631	-	(486)	-	(29)	116
Veículos	3.368	-	(132)	1.228	(791)	3.673
Móveis e utensílios	468	7	-	1.182	(174)	1.483
Outros	5.906	1.101	-	-	(1.171)	5.836
	10.373	1.108	(618)	2.410	(2.165)	11.108
Em curso	-	2.410	-	(2.410)	-	-
	-	2.410	-	(2.410)	-	-
	10.373	3.518	(618)	-	(2.165)	11.108

	Valor líquido em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 2019
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	680	-	-	75	(124)	631
Veículos	2.124	-	(50)	1.973	(679)	3.368
Móveis e utensílios	341	-	-	323	(196)	468
Outros	-	6.855	-	-	(949)	5.906
	3.145	6.855	(50)	2.371	(1.948)	10.373
Em curso	-	2.371	-	(2.371)	-	-
	-	2.371	-	(2.371)	-	-
	3.145	9.226	(50)	-	(1.948)	10.373

11. Intangível

Os itens que compõem os ativos intangíveis da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente
Em serviço	
Infraestrutura de concessão	25
Provisão para grandes reparos	27
Software	2

11.1. Composição

	2020			2019	Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Infraestrutura de concessão	6.498.637	(2.467.771)	4.030.866	4.193.329	2,5%
Provisão para grandes reparos	2.259.289	-	2.259.289	2.180.566	3,7%
Software	6.505	(4.041)	2.464	2.136	18,2%
	8.764.431	(2.471.812)	6.292.619	6.376.031	
Em curso	39.352	-	39.352	22.640	
	39.352	-	39.352	22.640	
	8.803.783	(2.471.812)	6.331.971	6.398.671	

11.2. Movimentação

	Valor líquido em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2020
Em serviço						
Infraestrutura de concessão	4.193.329	-	(6.610)	8.412	(164.265)	4.030.866
Provisão de grandes reparos	2.180.566	163.350	-	-	(84.627)	2.259.289
Software	2.136	-	-	1.514	(1.186)	2.464
	6.376.031	163.350	(6.610)	9.926	(250.078)	6.292.619
Em curso	22.640	26.638	-	(9.926)	-	39.352
	22.640	26.638	-	(9.926)	-	39.352
	6.398.671	189.988	(6.610)	-	(250.078)	6.331.971

	Valor líquido em 2018	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 2019
Em serviço						
Infraestrutura de concessão	4.325.716	-	(1.576)	33.260	(164.071)	4.193.329
Provisão de grandes reparos	2.264.650	-	-	-	(84.084)	2.180.566
Software	2.391	-	-	639	(894)	2.136
	6.592.757	-	(1.576)	33.899	(249.049)	6.376.031
Em curso	45.084	11.461	(6)	(33.899)	-	22.640
	45.084	11.461	(6)	(33.899)	-	22.640
	6.637.841	11.461	(1.582)	-	(249.049)	6.398.671

Do valor total das adições de *software* ocorridas no exercício, o montante de R\$ 6.104 se refere a licença para implementação do novo ERP.

11.3. Itens que compõem o intangível

11.3.1. Dos bens vinculados a concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, Aneel. Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11.3.2. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do *software*. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

12. Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

12.1. Composição

	2020	2019
	Circulante	Circulante
Suprimento de energia elétrica	4.362	46.082
Materiais e serviços contratados	33.152	37.764
Encargos de uso da rede elétrica	44.618	42.695
Tust	44.618	42.695
	82.132	126.541

A variação na linha de suprimento de energia elétrica se atribui a melhor estratégia de sazonalização da garantia física e comercialização de energia do ano, com uma exposição menor, não houve a necessidade de compra de energia como em dezembro de 2019.

13. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1. Composição

	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	19.253	-	19.253	18.916	-	18.916
P&D	21.486	44.020	65.506	10.375	42.663	53.038
TFSEE	4.586	-	4.586	658	-	658
	45.325	44.020	89.345	29.949	42.663	72.612

13.1.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.1.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

13.1.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

14. Empréstimos

Os empréstimos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

14.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi ("Banco"), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais). Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passou de 13,165% a.a. para DI + 0,45%. Assim, o vencimento passou a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

14.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	2020				
			Circulante			Não circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	562	675.562	1.350.000	1.350.000
			675.000	562	675.562	1.350.000	1.350.000

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	2019				
			Circulante			Não circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	1.631	676.631	2.025.000	2.025.000
			675.000	1.631	676.631	2.025.000	2.025.000

14.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2022	2023	Total
Tokyo-Mitsubishi	675.000	675.000	1.350.000

14.4. Movimentação

Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.701.631
Apropriação de juros	77.724
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(78.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.025.562

Em junho de 2020 foi realizado pagamento de principal e em março, junho, setembro e dezembro o pagamento dos juros sobre o principal.

14.5. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.5.1. Covenants Financeiros

Em conexão com o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo, a Companhia deverá manter o Índice de “Dívida Financeira Líquida Consolidada” sobre o EBITDA, não superior a 4,5 e não inferior a 1,0 ao final de cada ano fiscal.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Índice financeiro	Limites	2020	2019
Dívida líquida / Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	2,1	2,4

14.5.2. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

15. Debêntures

As debêntures, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debentures não são conversíveis em ações.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

15.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2020		
				Não circulante		
				Principal	Varição monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(524)	239.476
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	20.581	260.581
				480.000	20.057	500.057

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2019		
				Não circulante		
				Principal	Varição monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(663)	239.337
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	8.139	248.139
				480.000	7.476	487.476

15.2. Movimentação

	1ª Emissão		Total
	Série 1	Série 2	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	239.337	248.139	487.476
Capitalização de custos de transação	343	1.131	1.474
Capitalização de juros	9.142	15.673	24.815
Capitalização de variação monetária	-	11.221	11.221
Pagamento de juros	(9.346)	(15.583)	(24.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	239.476	260.581	500.057

15.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	118.049	118.726	131.311	131.971	500.057

15.4. Cláusulas restritivas ("Covenants")

15.4.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira emissão:

- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

Índice financeiro	Limites	2020	2019
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	7,82	5,84
Dívida Líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,98	0,99
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,28	0,32

Conforme definido em contrato, a base utilizada para o cálculo dos *covenants* é a Demonstração Financeira Regulatória (Aneel).

15.4.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor superior a R\$ 72 milhões;
- Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings
- Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;

- iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas na escritura de emissão de debêntures, disponível no site www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia – “Investidores” – “Informação para investidores”.

16. Provisões para riscos

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, em relação às ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, e cíveis, cuja classificação de perda é possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, não há provisão constituída. A seguir, composição e estimativa.

16.1. Provisões para riscos

16.1.1. Composição

	2020	2019
Regulatórias	156.264	152.376
Ambientais	816	690
Trabalhistas	174	-
	157.254	153.066

16.1.2. Movimentação

	Trabalhistas	Ambientais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	690	152.376	153.066
Provisões / reversões	169	-	-	169
Variações monetárias	5	126	4.274	4.405
Acordos / pagamentos	-	-	(386)	(386)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174	816	156.264	157.254

a) Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

b) Ambientais

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer ajuizada pela CESP em face da Rio Paraná e da CTG Brasil, na qual se discute a assunção da gestão e manutenção do zoológico. A Rio Paraná e a CESP negociaram acordo que contemplou a assunção da administração e manutenção do zoológico e o reembolso das despesas incorridas com ele a partir de 01 de julho de 2016. O acordo foi homologado em 04 de novembro de 2019. A Companhia assumiu a gestão do zoológico no dia 2 de janeiro de 2020.

O depósito de R\$ 5.000 realizado no processo foi integralmente levantado pela CESP. Por conta do acordo celebrado o risco de perda atribuído ao processo passou de possível para provável, sendo que o saldo remanescente do valor envolvido no caso é de R\$ 816 em 31 de dezembro de 2020.

c) Regulatórias

Valor referente ao diferencial de alíquota PIS/COFINS entre o regime cumulativo e não cumulativo composto no preço dos Contratos de Compra e Venda de Energia, devido a possível mudança no Regime de Tributação de Lucro Presumido para Lucro Real.

16.2. Contingências possíveis

	2020	2019
Trabalhistas	11.854	9.545
Fiscais	478.578	466.796
Ambientais	1.063.095	865.781
Cíveis	3.920	3.380
	1.557.447	1.345.502

a) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a (i) ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados; (ii) cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação; (iii) manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório; (iv) supostos prejuízos causados aos pescadores. Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais:

- 523 Ações Cíveis Públicas – movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação: i) recuperação da Área de Preservação Permanente – (“APP”); ii) a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes); iii) pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo

passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal de Andradina, em 12/06/2018 onde se pleiteia que: (1) a Rio Paraná mantenha a gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre de Ilha Solteira; e, (2) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) se abstenha de substituir as condicionantes das Licenças de Operação" das UHE Jupia e Ilha Solteira relativas à manutenção e pleno funcionamento do CCFS pela execução do Programa do Corredor Ecológico. Em audiência as partes solicitaram a suspensão do processo para iniciar as tratativas de acordo. Em 11/11/2020 foi firmado acordo entre a Rio Paraná e o MPF com delimitação de prazo para manutenção e gestão do CCFS além das atividades relacionadas ao centro de triagem de animais silvestres. O acordo ainda aguarda homologação judicial.

A chance de perda da Companhia, segundo a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e o valor envolvido no caso é de R\$ 10.995.

- Ação Civil Pública ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26/07/2018, em face da CESP e Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE JUPIA em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a mortandade de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização. Em 2018, foi proferida decisão de primeira instância, julgando o processo em desfavor da Confederação. A Confederação reverteu a decisão em sede de tribunal, tendo o processo retornado à Vara de origem para reinício da fase de provas. Desta decisão, a Rio Paraná interpôs Recurso Especial no STJ, que ainda aguarda julgamento.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível. O valor atualizado de R\$ 1.044.757, considerando dezembro de 2020.

b) Fiscais

- Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pelos advogados da Companhia como possível e o valor total envolvido neste caso considerando dezembro de 2020 é de R\$ 477.786.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 11.854. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia por empregados terceirizados, bem como arquivamento de algumas ações no período.

17. Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras.

	Saldos em 2019	Dividendos pagos	Saldos em 2020
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	210.082	(210.082)	-
	210.082	(210.082)	-

18. Juros sobre capital próprio a pagar

O Estatuto Social da Companhia prevê que o montante de JSCP, pode ser deduzido do total de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado. A distribuição é feita para os acionistas da Companhia sendo reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras quando aprovados.

	Saldos em 2019	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldos em 2020
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	264.634	215.334	(100.000)	379.968
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	342.087	107.666	(259.771)	189.982
	606.721	323.000	(359.771)	569.950

19. Provisão para grandes reparos

Com base em estimativas de engenheiros e administração foi provisionado o valor total que se espera despendar nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, a real dimensão da necessidade de reparo somente será apurada na abertura de cada item. Adicionalmente, mudanças no cronograma para os reparos podem afetar de forma relevante a provisão constituída. Espera-se que o projeto seja concluído até 2038, período em que haverá dispêndio de caixa necessário a viabilização do projeto.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são efetivados os gastos.

Trimestralmente as provisões são revistas e sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso podem se tornar diferentes das inicialmente previstas, tais efeitos serão refletidos nos livros contábeis e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Em caso de aumento na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado.

19.1. Composição

	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	323.205	3.102.993	3.426.198	317.813	2.596.990	2.914.803
(-) Ajuste a valor presente	(256.070)	(1.713.701)	(1.969.771)	(143.076)	(957.512)	(1.100.588)
	67.135	1.389.292	1.456.427	174.737	1.639.478	1.814.215

19.2. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.914.803	(1.100.588)	1.814.215
Realização de provisão	(244.177)	-	(244.177)
Reclassificação folha	163.350	-	163.350
Atualização	592.222	-	592.222
Amortização - Ajuste a valor presente	-	(869.183)	(869.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.426.198	(1.969.771)	1.456.427

A Administração revisitou todo o processo relativo ao projeto de modernização das Usinas de Jupiá e Ilha Solteira que corresponde à provisão de grandes reparos constituída e mantida nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Essa revisão acontece após à conclusão da primeira fase e, também, com os aprendizados retirados da segunda fase do projeto que ainda está em andamento.

Importante ressaltar que nas duas primeiras fases foram incluídas as Unidades Geradoras mais críticas, cuja modernização se fazia mais primordial para a manutenção dos índices de disponibilidade e manter a confiabilidade dos ativos.

Com base na experiência adquirida nas fases acima mencionadas, também considerando a melhora no monitoramento das unidades geradoras ainda não reformadas e toda complexidade que envolve esse projeto, foi considerado modernizar uma unidade geradora por vez ao invés de duas originalmente previsto, de modo a mitigar riscos de segurança e interferências causadas pela restrição da área de montagem. A Administração efetuou uma readequação no cronograma do plano inicialmente previsto para execução e conclusão de todo projeto. Com essa readequação de cronograma, foram reconhecidos os respectivos ajustes contábeis decorrentes do tratamento a valor presente dessa provisão no montante de R\$ 299.600.

20. Partes relacionadas

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

20.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2020	2019
Benefícios de curto prazo para administradores	4.074	3.674
Benefícios pós-emprego	152	134
	4.226	3.808

20.2. Composição

Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e seguindo as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:

- Compartilhamento de despesas, junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel n.º 2.756/2018.
- Contrato de prestação de serviços administrativos junto a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda, e anuído pela Aneel conforme Despacho n.º 2.756/2018.

	2020		2019	
	Passivo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	4.068	-	3.781	-
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	2.138	-	2.838	-
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	370	-	355	-
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	621.592	3.004.342	809.281	2.796.298
	628.168	3.004.342	816.255	2.796.298

20.3. Resultado

	2020				2019			
	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	(45.580)	-	(45.580)	-	(41.838)	-	(41.838)
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	(29.700)	-	-	(29.700)	(39.319)	-	-	(39.319)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(4.511)	(4.511)	-	-	(4.324)	(4.324)
	(29.700)	(45.580)	(4.511)	(79.791)	(39.319)	(41.838)	(4.324)	(85.481)

20.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente. A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% ao ano em 2016 e de 4,29% ao ano, a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2020 em dólar foi de R\$ 5,1967, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros porém prolongando o valor de vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

20.4.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.605.579
Pagamento de principal	(917.600)
Pagamento de juros	(354.532)
Apropriação de juros	265.049
Variação cambial	1.027.438
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.625.934

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

Ações Ordinárias (ON) Preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

21.2. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2020 e 2019		
	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.À.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

21.3. Reserva legal e destinação de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade

do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente.

21.4. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

21.5. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.135.361	1.203.971
Constituição da Reserva legal	56.768	60.199
Base de cálculo dos dividendos	1.078.593	1.143.772
Distribuições		
Dividendos	-	630.246
JSCP	380.000	466.999
	380.000	1.097.245
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	269.648	285.943
Distribuições adicionais	110.352	811.302

Deliberação	Provento	R\$ mil	R\$
AGE de 18/12/2020	Juros sobre capital próprio	380.000	0,00005
AGE de 30/12/2019	Juros sobre capital próprio	467.000	0,00007
AGE de 29/10/2019	Dividendo	468.946	0,00007
AGE de 01/07/2019	Dividendo	161.300	0,00002

22. Receita operacional líquida

22.1. *Reconhecimento da receita*

22.1.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

22.1.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

O efeito monetário da RAG, está representado líquido na linha de contratos de ACR.

22.1.3. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	2020	2019
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	894.061	943.365
Contratos ACR	2.681.978	2.586.665
Mercado de curto prazo (MCP)	131.131	65.159
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	12.386	10.423
	3.719.556	3.605.612
Receita de ativos financeiros		
Juros e atualização monetária	1.429.643	1.251.770
Liquidação juros e atualização monetária	(744.600)	(717.580)
Liquidação principal	(268.856)	(268.855)
Atualização do Retorno da Bonificação da Outorga (*)	1.782	2.720
	417.969	268.055
Total receita operacional bruta	4.137.525	3.873.667
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(314.523)	(332.460)
ICMS	(4.251)	(10.092)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(32.086)	(31.109)
Compensação financeira de recursos hídricos	(83.155)	(78.054)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(8.007)	(7.752)
Encargos de uso da rede elétrica (TUST e TUSD)	(317.476)	(277.679)
	(759.498)	(737.146)
Receita operacional líquida	3.378.027	3.136.521

(*) Retorno da Bonificação pela Outorga

23. Energia elétrica comprada e encargos de uso da rede

23.1. Energia comprada

	2020	2019
Contratos bilaterais	128.071	405.484
Mercado de curto prazo (MCP)	23.327	18.835
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.441	5.942
(-) Crédito de PIS	(3.228)	(6.463)
(-) Crédito de COFINS	(14.868)	(29.768)
	136.743	394.030

A energia comprada decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre que está exposta aos efeitos do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

Em razão da melhor estratégia comercial e de sazonalização para o exercício, não houve o mesmo montante de compra de energia em 2020, em relação a 2019.

23.2. Encargos de uso da rede elétrica

	2020	2019
Tust	162.723	151.306
Tusd	2.990	2.122
Encargos de conexão	53	54
(-) Crédito de PIS	(2.720)	(2.750)
(-) Crédito de COFINS	(12.528)	(12.666)
	150.518	138.066

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

24. Resultado financeiro

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, variações cambiais, juros sobre empréstimos, partes relacionadas e ajuste a valor presente.

	2020	2019
Receitas		
Aplicações financeiras	31.075	74.804
Variações monetárias	11.738	24.659
Depósitos judiciais	11.738	24.659
Variação cambial ativa	664.959	668.869
Outras receitas financeiras	1.416	2.471
	709.188	770.803
Despesas		
Juros	(342.773)	(444.009)
Juros sobre empréstimos	(77.724)	(260.098)
Juros sobre partes relacionadas	(265.049)	(183.911)
Variação cambial passiva	(1.692.397)	(809.220)
Variações monetárias	(4.405)	(8.535)
Provisões para riscos	(4.405)	(8.535)
PIS e COFINS	(1.517)	(3.597)
Carta fiança	(464)	(290)
Ajuste a valor presente de provisão para grandes reparos	276.960	(95.877)
Outras despesas financeiras	(3.827)	(3.776)
	(1.768.423)	(1.365.304)
	(1.059.235)	(594.501)

25. Apuração do imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	1.515.040			1.506.213		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(378.760)	(136.354)	(515.114)	(376.553)	(135.559)	(512.112)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	95.000	34.200	129.200	116.750	42.030	158.780
Resultado equivalência patrimonial	(108)	(39)	(147)	(157)	(57)	(214)
Despesas indedutíveis	(2.862)	(1.030)	(3.892)	(2.283)	(821)	(3.104)
Doações Incentivadas	9.161	-	9.161	7.711	-	7.711
Incentivos fiscais	920	-	920	753	-	753
Outros	24	-	24	24	-	24
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(276.625)	(103.223)	(379.848)	(253.755)	(94.407)	(348.162)
IRPJ e CSLL correntes	244.313	91.591	335.904	187.145	70.428	257.573
IRPJ e CSLL diferidos	32.312	11.632	43.944	66.610	23.979	90.589
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	276.625	103.223	379.848	253.755	94.407	348.162
Ajustes correntes - exercícios anteriores	(174)	5	(169)	-	-	-
Ajustes diferidos - exercícios anteriores	-	-	-	(33.708)	(12.212)	(45.920)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	276.451	103.228	379.679	220.047	82.195	302.242
Alíquota efetiva	18,3%	6,7%	25,1%	16,8%	6,3%	23,1%

26. Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de prejuízo/lucro líquido por ação é feito através da divisão do prejuízo/lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos/lucros básico e diluído por ação:

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Acionistas controladores	756.945	802.687
Acionistas não controladores	378.416	401.284
	1.135.361	1.203.971
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,16186	0,17164

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

27. Instrumentos financeiros

27.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

27.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

27.1.2. Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

27.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.2. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

27.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2020		2019	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	81	81	104	104
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	167.365	167.365	1.133.523	1.133.523
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	397.629	397.629	289.572	289.572
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	Nível 2	10.577.213	10.577.213	10.159.244	10.159.244
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	477.820	477.820	466.070	466.070
			11.620.108	11.620.108	12.048.513	12.048.513
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	82.132	82.132	126.541	126.541
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	89.345	89.345	72.612	72.612
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	3.632.510	3.632.510	3.612.553	3.612.553
Provisões para grandes reparos	Custo amortizado	Nível 2	1.456.427	1.456.427	1.814.215	1.814.215
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	2.025.562	2.025.562	2.701.631	2.701.631
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	500.057	554.396	487.476	557.639
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	569.950	569.950	606.721	606.721
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	210.082	210.082
			8.355.983	8.410.322	9.631.831	9.701.994

O Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2020 e 2019. Porém a Companhia possui exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar).

28. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2020 a 04/08/2021	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2020 a 04/08/2021	150.000
Lucro cessante	04/08/2020 a 04/08/2021	966.092
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2020 a 08/12/2021	150.000
Risco cibernético	08/09/2020 a 08/09/2021	30.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

29. Compromissos

29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2028 e comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2046.

30. Eventos subsequentes

30.1. Protocolo Classe B

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2020, em 23 de outubro de 2020 a Rio Paraná Energia S.A. fez pedido de registro com Companhia aberta na categoria "B" nos termos do artigo 21 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais") e a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480").

Em 23 de novembro de 2020 a CVM em seu ofício de nº 1144392 solicitou apresentação de novos documentos à Companhia. O ofício foi atendido com a apresentação dos documentos solicitados em 17 de fevereiro de 2021. Em 02 de março de 2021, a CVM encaminhou o Ofício informando o deferimento do pedido de registro efetuado pela Companhia.

30.2. Extensão do contrato de concessão

De acordo com a Lei nº 14.052, devidamente regulamentada pela resolução Aneel 895/2020 (conforme nota explicativa nº 1.5), em 02 de março de 2021 a CCEE divulgou a apuração efetiva dos valores a serem ressarcidos às usinas sob administração da Companhia, em função do acordo referentes a riscos "não hidrológicos" no mercado livre. Esses valores seguem agora para validação pela Aneel, portanto sujeitos ainda a alguma alteração, que tem 30 dias para homologação dos cálculos.

A partir da homologação pela Aneel, a Companhia submeterá a matéria para aprovação em Reunião de Conselho de Administração.

Tendo como base os cálculos disponibilizados pela CCEE, a Rio Paraná poderá registrar em 2021 um acréscimo de R\$ 147,9 milhões em seu Ativo Intangível em contrapartida à conta de Recuperação de Custos no resultado. Esse valor representa uma extensão aproximada de 10 meses nos contratos de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupia.

Membros da Administração

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Jose Renato Domingues
Conselheiro

Hong Qin
Conselheiro

Zhigang Chen
Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Yan Yang
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Lucas Morato Teixeira
Contador -CRC MG-080486/O-7